

**ves Gandra da Silva Martins**

Da Academia Paulista de História



+ **stória de São Paul** )



*Pax & Spes*

A história de São Paulo, além de não muito estudada, raros sendo os autores de vulto que lhe dedicam suas obras, autores estes que se preocupam mais com a fase da fundação e bandeirismo que com o resto, como é o caso de *Tito Lívio Ferreira*, *Afonso E. Taunay* e *Alfredo Ellis Jr.*, possui o problema de sua intensa complexidade econômica, étnica e social.

Ora, se os próprios autores em que poderíamos nos basear são poucos, restringindo-se apenas a três séculos, e aqueles que das outras centúrias tratam fazem-no em seus trabalhos gerais sobre o Brasil, como *Roberto Simonsen*, *Pedro Calmon* e *Pandiá Calogeras*, nós logicamente, naturalmente, obviamente vamos fazer um trabalho fraco, quando não errôneo, razão pela qual nossa primeira idéia foi, seguindo as pegadas de *Aureliano Leite*, arquitetar uma história

# HISTÓRIA DE SÃO PAULO



Copyright © 2025, Ives Gandra da Silva Martins

2025  
claudioliber@gmail.com

## APRESENTAÇÃO PARA OS 450 ANOS DE SÃO PAULO

Em 1952 tinha 17 anos e concorri com esta pequena história de São Paulo ao Prêmio Esso, estimulado por minha professora Nirce Caratin e pelo diretor do Colégio Bandeirantes, Dr. Antônio Aguiar.

Apesar de disputar a Maratona Intelectual como estudante secundário, recebi o 2º prêmio universitário, que me foi entregue em 1953, pelo poeta Guilherme de Almeida, à época o Príncipe dos Poetas brasileiros.

É uma história que principia com a descoberta do Brasil e segue até a queda do Presidente Vargas em 1945.

Relendo, outro dia, verifiquei que minha interpretação da época não mudou, razão pela qual, 50 anos depois, isto é para a festa de 450 anos de minha cidade, decidi editá-la, como reminiscência da juventude, que se foi, e como louvor a cidade em que nasci, onde sempre vivi e da qual sou um eterno apaixonado, como o sou de meu Deus, minha mulher, minha família, minha pátria e de todos os amigos conquistados nestes 68 anos de vida, que não são poucos. Graças a um deles, o caríssimo Armando Casimiro Costa, aqueles escritos juvenis vêm à luz e a outro, o fraterno colega e confrade Paulo Bomfim, que ostenta, por eleição de seus pares, pela 6ª vez na história brasileira, o título de Príncipe dos Poetas, são apresentados ao público leitor.

*Ives Gandra da Silva Martins*

## Credo

Creio em São Paulo todo-poderoso,  
criador, pra mim, de um céu na terra;  
e num Ideal Paulista, um só, glorioso,  
nosso senhor na Paz como na Guerra,  
o qual foi concebido nas Bandeiras,  
nasceu da virgem alma das trincheiras,  
padeceu sob o jugo de invasores;  
crucificado, morto, sepultado,  
desceu ao vil inferno dos traidores,  
mas, para um dia, ressurgir dos mortos,  
subir ao nosso céu e estar sentado  
à direita do Apóstolo Soldado,  
julgando a todos nós, vivos ou mortos.  
Creio no Pavilhão das Treze Listas,  
na santa união de todos os Paulistas,  
na comunhão da Raça adolescente,  
na remissão final da nossa gente,  
numa ressurreição do nosso bem,  
na vida eterna de São Paulo. Amém!»

*Guilherme de Almeida*

**Ives Gandra da Silva Martins**

(da Academia Paulista de Letras)

## **HISTÓRIA DE SÃO PAULO**

(Dezembro 1952)

2º PRÊMIO UNIVERSITÁRIO DA MARATONA INTELLECTUAL  
ESSO PARA O IV CENTENÁRIO DE SÃO PAULO



*Pax & Spes*

## HISTÓRIA DE SÃO PAULO

Há meio século, quando caía sobre a cidade chuva de estrelas anunciadora do 25 de Janeiro, o estudante *Ives Gandra da Silva Martins* oficiava, na religiosidade cívica do momento, seu primeiro canto de amor a São Paulo.

Esse estudo, que renasce agora, recebeu na ocasião, das mãos de Guilherme de Almeida, a bênção da poesia. O livro é profissão de fé e vigília de armas daquele que era armado cavaleiro da causa paulista, aos dezessete anos.

Tempos depois, professaria na cátedra do Largo de São Francisco a vocação de amor a Piratininga.

Sempre, a constante paulista no sentido brasileiro e universal de sua missão semeadora de civismo e de justiça.

A música traz para a história a intuição do poeta que se transfigura em jurisconsulto.

*Ives Gandra da Silva Martins*, cinco décadas mais tarde, mantém viva e revigorada a chama dos dezessete anos.

Esta monografia é cartilha de amor que deve ser lida e vivida por jovens que têm hoje a idade daquele que a escreveu, quando estrelas de prata caíam sobre a cidade.

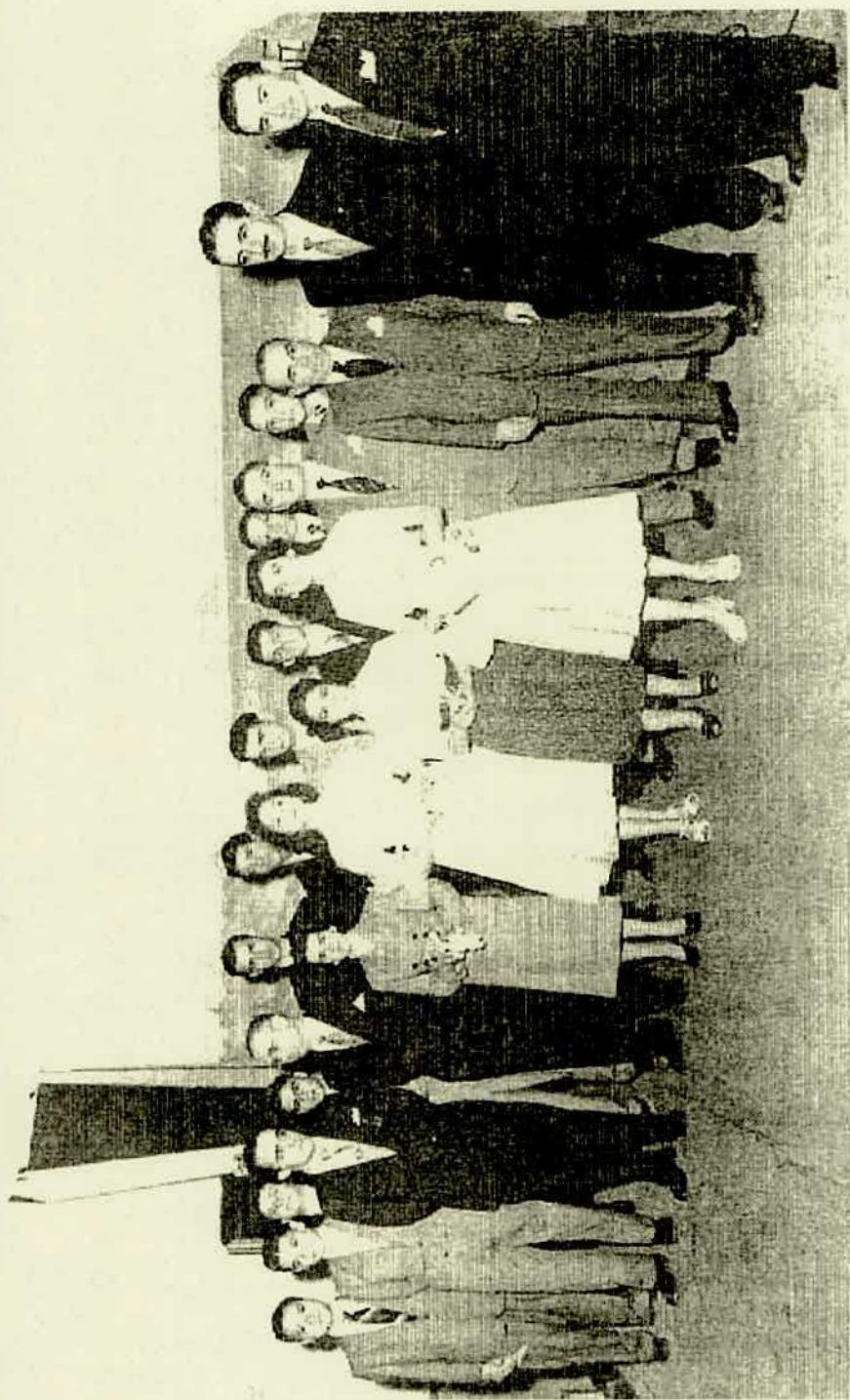
Se ontem, o ato de devoção ao passado paulista foi a primeira comunhão de um historiador adolescente, hoje, a confirmação da crença é ritual de crisma do intelectual vitorioso que, publicamente, reafirma a fé nos destinos da civilização bandeirante.

Um homem de cabelos brancos e sorriso moço é novamente o estudante-rapsodo cantando com os amigos, no pátio da Faculdade de Direito, parabéns à amada cidade de São Paulo!

*Paulo Bomfim*

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO PARA OS 450 ANOS DE SÃO PAULO .....	5
<i>CREDO</i> , GUILHERME DE ALMEEIDA .....	6
HISTÓRIA DE SÃO PAULO, PAULO BOMFIM .....	8
SÃO PAULO E O BRASIL .....	12
INTRODUÇÃO .....	15
CRONOLOGIA PAULISTA .....	18
SÉCULO XVI .....	18
SÉCULO XVII .....	19
SÉCULO XVIII .....	22
SÉCULO XIX .....	25
SÉCULO XX .....	28
UMA BREVE HISTÓRIA DE SÃO PAULO (1500-1952) .....	30
I - ANTECEDENTES DA FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO .....	30
II - NASCIMENTO DE SÃO PAULO. LUTAS PARA SUA EXISTÊNCIA, ESTABILIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO .....	34
III - CAUSAS DO BANDEIRISMO .....	38
IV - CAUSAS DO BANDEIRISMO DE APRESAMENTO .....	41
V - AUGE DO BANDEIRISMO DE APRESAMENTO, EXPULSÃO DOS JESUÍTAS, AMADOR BUENO E "PIRES E CAMARGOS" .....	43
VI - QUEDA DO BANDEIRISMO DE APRESAMENTO E CONSEQUÊNCIAS .....	50
VII - O PASTOREIO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS .....	53
VIII - O OURO NAS GERAIS — CAUSAS E DESCOBERTA .....	56
IX - A QUEDA DO OURO E SUAS CONSEQUÊNCIAS .....	60
X - DO CICLO DO OURO ATÉ 1952 .....	62
GUILHERME DE ALMEIDA E A REVOLUÇÃO DE 32, IVES GANDRA DA SILVA MARTINS .....	76



Recepção do Prêmio

# EIS OS VENCEDORES



## DA MARATONA INTELLECTUAL SÔBRE A HISTÓRIA DE SÃO PAULO

### A ESSO STANDARD DO BRASIL

tem o prazer de apresentar o resultado do julgamento da grande maratona intelectual de monografias sôbre a História da Cidade de São Paulo, realizada como parte dos festejos do IV Centenário, proclamando vencedores os seguintes estudantes secundários e universitários:

#### NÍVEL SECUNDÁRIO

1º lugar: José Carlos Carvalho Lisboa, do Colégio Estadual Presidente Roosevelt, de São Paulo .... Cr\$ 8.000,00	6º lugar: Koji Fujita, do Colégio Estadual Presidente Roosevelt, de São Paulo ..... Cr\$ 1.000,00
2º lugar: Antônio Ceiso Vieira de Lucca, do Colégio São Luiz, de São Paulo Cr\$ 5.000,00	7º lugar: Maria Otília Cordeiro Pires, do Instituto Feminino de Educação Padre Anchieta, de São Paulo ..... Cr\$ 1.000,00
3º lugar: Rosemary Sandall Pires, do Colégio Stella Maris, de Santos ..... Cr\$ 4.000,00	8º lugar: Maria da Penha Mello Guedes, do Instituto Feminino de Educação Padre Anchieta, de São Paulo ..... Cr\$ 1.000,00
4º lugar: Dirceu Lopes, do Colégio Estadual e Escola Normal de Jaú ..... Cr\$ 3.000,00	9º lugar: Waldo Rolim de Moraes Filho, do Colégio São Luiz, de São Paulo ..... Cr\$ 1.000,00
5º lugar: Anita Helene Bokermann, da Escola Normal Dr. Cardoso de Almeida, de Botucatu ..... Cr\$ 2.000,00	10º lugar: Rubens Ricupero, do Instituto Mackenzie, de São Paulo ..... Cr\$ 1.000,00

Eny Castello Campos, da Escola Normal de São Paulo - Menção honrosa  
Zanila Santoro, do Ginásio Estadual Alexandre de Gusmão, de São Paulo - Menção honrosa

#### NÍVEL UNIVERSITÁRIO

1º lugar: Idibal Almeida Pivetta, da Faculdade Paulista de Direito, de São Paulo ..... Cr\$ 10.000,00
2º lugar: Yves Gandra Martins, do Colégio Bandeirantes, de São Paulo ..... Cr\$ 5.000,00
3º lugar: Roberto Waldemar Notrispe, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo ..... Cr\$ 4.000,00
4º lugar: Walter Barbosa Corrêa, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo ..... Cr\$ 2.000,00
5º lugar: Haroldo Lustosa Cunha, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo ..... Cr\$ 2.000,00

O pagamento dos direitos autorais dos vencedores da maratona intelectual será feito em solenidade que se realizará no dia 14 de Dezembro, às 21 horas, no auditório da Rádio Tupi, de São Paulo, no final do programa "História de São Paulo".

Aos vencedores da maratona intelectual sobre a História de São Paulo, os agradecimentos e os parabéns da

Esso Standard do Brasil

**Esso**

## SÃO PAULO E O BRASIL

*Cantando espalharei por toda parte,  
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.*  
**“Camões”**

*Ser paulista é ser grande no passado,  
E ainda maior nas glórias do presente.*  
**“Martins Fontes”**

CLAMAI DAS GERAÇÕES NO EXTREMO  
GRITO ESCRAVOS E SENHORES TRESLOUCADOS,  
CLAMAI O SOFREDOR DESDE O INFINITO,  
DESDE A TURBA INFELIZ DOS CONDENADOS,  
CLAMAI O MAIS BONDOSO, O MAIS MALDITO,  
TODOS CLAMAI E TODOS DESVAIRADOS,  
PORQUE FOI JÁ BROTADO EM FONTES MIL  
O CLARÃO FULGURANTE DO BRASIL

RAPOSOS E PAIS LEMES,  
OS BASTARDOS DA PAULISTÂNIA GRANDE E NOBRE GENTE  
OS ALVES E OS BARRETOS, JOVENS BARDOS  
QUE LUTARAM BRAMINDO ARDENTEMENTE,  
GUSMÕES, FEIJÓS, ANDRADAS QUE DOS CARDOS  
DA NEGRA ESCRAVIDÃO A TERRA INGENTE  
TIRARAM, DEFENDENDO COMO LOUCOS,  
DA TUMBA A VOZ ERGUEI ATÉ QUE ROUCOS.

O BRASIL DE AMANHÃ PELO UNIVERSO  
VERÁ SEU NOME DITO COM AUMENTO,  
E DE DOCTRINAS LIVRES HÁ DE IMERSO  
RESTAR NOS IDEAIS DE SEU INTENTO,  
QUE JAMAIS VATE ALGUM, EM PROSA OU VERSO,  
DA GENTE A DESPERTAR TERÁ TALENTO,  
PARA TANTO FULGOR A TODA PARTE  
CANTAR, EMBORA EXISTA O “ENGENHO E ARTE”

SER BRASILEIRO É JÁ SER ALTANEIRO,  
A LIBERDADE AMANDO E AMANDO A TERRA,  
O FALAR RESPEITANDO DO PEDREIRO  
COMO DO RICO MÓR QUE A PÁTRIA ENCERRA,  
DO CAPAZ O GOVERNO EM TEMPO INTEIRO  
DESEJANDO, E SABENDO A AUGUSTA SERRA,  
O CALMO CÉU, O VERDE MAR E A VIDA  
ADORAR COMO A TERRA TÃO QUERIDA.

E SER MAIS BRASILEIRO É SER PAULISTA,  
É SER EM DUPLA FACE A MESMA LAVA,  
É TER PARA O PASSADO ABERTA A VISTA  
BEBENDO NO HEROÍSMO A TAÇA BRAVA,  
É TER O FERRO OLHAR, QUE DA DOR DISTA,  
CRUEL PARA O SENHOR E DOCE À ESCRAVA,  
POIS TANTO É BELO O ARDOR QUE O POVO COBRE  
QUANDO É TREMENDA A FORÇA EM GENTE NOBRE.  
E ASSIM HÁ DE SÃO PAULO TÃO FECUNDO

TUDO O BRASIL LEVAR NA CRISTANDADE  
COM NOSSO POVO DE VALOR JOCUNDO,  
DA COR RESPLANDESCENTE DA VERDADE,  
AO SACUDIR FINAL PERANTE O MUNDO,  
POIS MAIS QUE DA CANTADA LIBERDADE  
A HORA FOI CHEGADA DA VITÓRIA  
CLAMAI GENTE PATRÍCIA ... É NOSSA A GLÓRIA!

Ives Gandra da Silva Martins

## INTRODUÇÃO

*“Le but ideal de l’histoire serait de  
reconstituer dans la serie des temps,  
la vie intógrale de l’humanité”*

**Monod**

*“Historia est testis temporum, lux  
veritatis, vita memoriae, magistra  
vitae, nuntia vetusta tis”*

**Cícero, Oratore ii, 9**

Todo o trabalho, bom ou mau, grande ou pequeno, útil ou inútil, vem precedido de uma introdução, que raramente é interessante, sendo, na maioria das vezes, cansativa, quando não desnecessária. Nossos autores, todavia, como todos os da humanidade, têm sistematicamente antecedido suas obras deste desajeitado frontão.

Quantas vezes livros de extremo valor possuem neste prólogo a causa primeira de sua desvalorização e até de seu quase esquecimento. O prefácio é, pois, mesmo nos mais notáveis escritores, a rústica e mal equilibrada entrada de casas, cujos interiores podem ser belos, agradáveis e artísticos, ou não.

Acontece, entretanto, que o pórtico feito pelos bons autores, quando totalmente inútil e cansativo, tem ainda a seu favor a delicada espontaneidade ou o portentoso palavreado do seu feitor, salvando-se assim, um pouco, pelo estilo.

Tragédia é, contudo, quando faltam ao construtor literário, além da utilidade e interesse de que poderia imbuir o início do trabalho, os requisitos do bom autor, unindo-se, portanto, num todo desajeitado “frontão e casa”, que, de-

vido à própria desfiguração geral, fica com um caráter totalmente estético no equilíbrio horroroso da fealdade. São estes os mais maçantes escritos, porém os mais equilibrados, pois contrapõem à beleza interna da boa obra de rude entrada uma terrificante união de duas deformidades.

O nosso caso é o destes últimos, razão pela qual procuraremos ser breves.

A história, mais que qualquer outra ciência, tem a precisão da imparcialidade, da consciência, da cultura, da inclinação e da maturidade. Se nas outras ciências o indivíduo, a medida que progride, vai conseguindo solucionar os problemas que se lhe vão sendo apresentados e que somente com a técnica particular poderiam ser solucionados, merecendo assim o nome genérico de cientista, na história um indivíduo com pouca idade não pode ser historiador, porque lhe falta, senão as quatro primeiras causas, ao menos a quinta, muito embora acreditemos ser-lhe extremamente difícil, para não dizer impossível, a posse das quatro primeiras. E, pois, o historiador uma pessoa de uma certa idade e de uma certa experiência, desde que a história é a ciência de Humanidades por excelência, contrastando com o cientista em geral, que, com um conhecimento particular e mesmo no verdor dos anos, poderá já ser um mestre.

Localizando mais estritamente a função do historiador, restringindo-o ao seus quatro problemas-chaves problemas estes tão bem descritos por *Eduardo de Oliveira França* em sua conferência intitulada "Função Cultural da História", e que seriam: 1º) o que é o historiador, 2º) o que faz o historiador, 3º) como faz o historiador e 4º) para que faz o historiador, concluimos da suprema dificuldade de qualquer trabalho histórico, por mais simples que se pareça, e para

o qual necessidade haveria dos cinco pendores dito acima. Concluímos, ainda, que apenas o historiador na plena concepção da palavra tem capacidade para tal e que loucura seria a tentativa de pessoas, não dotadas de nenhuma das citadas qualidades, de executarem tal estudo.

Somos destes loucos.

A história de São Paulo, além de não muito estudada, raros sendo os autores de vulto que lhe dedicam suas obras, autores estes que se preocupam mais com a fase da fundação e bandeirismo que com o resto, como é o caso de *Tito Lívio Ferreira*, *Afonso E. Taunay* e *Alfredo Ellis Jr.*, possui o problema de sua intensa complexidade econômica, étnica e social.

Ora, se os próprios autores em que poderíamos nos basear são poucos, restringindo-se apenas a três séculos, e aqueles que das outras centúrias tratam fazem-no em seus trabalhos gerais sobre o Brasil, como *Roberto Simonsen*, *Pedro Calmon* e *Pandiá Calogeras*, nós logicamente, naturalmente, obviamente vamos fazer um trabalho fraco, quando não errôneo, razão pela qual nossa primeira idéia foi, seguindo as pegadas de *Aureliano Leite*, arquitetar uma história cronológica. Mas o espírito da mocidade, o entusiasmo pela nossa gente e o desejo de, com boa vontade — boa vontade que talvez seja o único valor do trabalho — concorrermos a tentativa de soerguimento da história paulista entre os jovens foram que nos levaram a aventura da feitura, não de uma simples relação dos fatos ocorridos, mas de uma explicação social, econômica política e administrativa da nossa história.

Fizemos bem? Fizemos mal? Acho que se fizemos mal a história, fizemos bem de tentar lançar com este traba-

lho, embora tateante no estilo, pobre nas idéias e falho nas interpretações, o grito de esperança da juventude paulista, que deverá, para o futuro, conhecendo melhor a nossa gente, os nossos feitos e a nossa terra e baseados em tão grandes antecessores, animar-se e lutar para a grandeza de São Paulo e do Brasil.

## **CRONOLOGIA PAULISTA**

### **SÉCULO XVI**

- 1500 O Brasil é descoberto por Pedro Álvares Cabral (22 de Abril);
- 1531 Martim Afonso de Souza desembarca em Cananéia (Ilha do Abrigo);
- 1532 Nasce São Vicente por ordens de Martim Afonso de Souza (22 de janeiro); *Nasce Santo André da Borda do Campo sob orientação de João Ramalho;*
- 1533 Começam a entrar na capitania as primeiras mudas de cana;
- 1534 Cria-se o sistema de Capitânicas Hereditárias;
- 1536 Braz Cubas, Pascoal Fernandes e Antonio Pires fundam Santos;
- 1549 Tomé de Souza é nomeado 12 governador-geral do Brasil e chega à Bahia;
- 1553 Jesuítas chegam a São Vicente;
- 1554 São Paulo do Campo de Piratininga é fundado por 13 jesuítas, dos quais é superior Manuel de Paiva e entre os quais destaca-se José de Anchieta (25 de Janeiro). Manuel de Nóbrega veio, porém a ser o principal baluarte do início

- desta povoação;
- 1558 A povoação de São Paulo passa a ser vila (5 de setembro);
- 1560 Anchieta começa a abertura do caminho Santos — São Paulo; João Ramalho vem com sua gente para São Paulo, sendo Santo André destruída;
- 1562 Os Tamoios atacam São Paulo, que se salva graças a gente de João Ramalho e Tibiriçá, o qual morre neste ano;
- 1565 Os paulistas auxiliam o governo a expulsar os franceses do Rio de Janeiro;
- 1567 Mem de Sá visita a Capitania;
- 1580 Portugal e colônias caem sob o domínio de Espanha;
- 1584 Heliodoro Eoban, depois de 14 anos de buscas, descobre ouro nas regiões de Guapá, Paranaguá e Curitiba; imita-o Jerônimo Leitão;
- 1585 É iniciada a 1ª Guerra contra os Tupiniquins e Carijós, sendo o capitão-mor dos paulistas Jerônimo Leitão. Dura esta guerra 6 anos. São Paulo possui, então, 120 habitantes, sem os indígenas;
- 1588 Inicia-se a construção da 1ª matriz em São Paulo. Virá a ser sua futura catedral;
- 1590 Afonso Sardinha, o moço, descobre e explora o ouro em Jaraguá, Mantiqueira, Vitorina, etc.;
- 1592 Afonso Sardinha é eleito capitão da 2ª Guerra contra os índios;
- 1599 D. Francisco de Souza, governador-geral do Brasil chega a São Paulo.

## SÉCULO XVII

- 1603 Começam a animar-se as expedições para o sul e ociden-

- te. Nomes que se destacam: Nicolau Barreto, Pedro Vaz de Barros, Garcia Rodrigues Velho,  
João Pedroso de Moraes, Manoel Preto. Estes homéridas vão percorrer as terras sul-americanas por quase meio-século. É a época das grandes bandeiras;
- 1625 Os paulistas vão auxiliar a restauração da Bahia;
- 1628 Expedição de Raposo Tavares e Manoel Preto contra Guairá;
- 1632 É completamente destruída a região de Guairá. Desde então, as expedições buscam Itati e Tape para o apresamento;
- 1639 Paulistas fazem parte da armada do Conde de La Torre;  
1640 Os jesuítas são expulsos de São Paulo (13 de julho); Portugal liberta-se de Espanha. Paulistas vão para o norte;
- 1641 Início da guerra entre “Pires e Camargos”. Amador Bueno é aclamado rei de São Paulo, mas recusa. Derrota paulista em M’Bororé. Salvador Corrêa de Sá é desacatado pelos paulistas por defender os jesuítas;
- 1643 Funda-se o Mosteiro de São Bento;
- 1647 Partem para o Norte 2.000 índios e 200 soldados, em ajuda na expulsão dos batavos;
- 1650 Parte Antonio Raposo Tavares para a célebre epopéia do desbravamento do Brasil com 120 homens. Percorre nossa terra de SO a NE, escala os Andes, combate os espanhóis, navega o Amazonas, desembarca no Guaporé de onde regressa a São Paulo em 53;
- 1653 Voltam os Jesuítas. Os Camargos sitiavam São Paulo;
- 1655 O Conde de Autoquia promove acordo entre os “Pires e Camargos”; 1659 Paz definitiva entre “Pires e Camargos”. Barbosa Calheiros parte para o recôncavo baiano, com o

- fim de debelar os ataques sucessivos dos indígenas daquela região;
- 1660 Pela segunda vez, Salvador Corrêa de Sá é desacatado pelos paulistas, por tentar defender os gentios. Mais tarde será alvo de admiração da gente do planalto;
- 1662 Francisco Dias Velho funda a cidade de Desterro;
- 1671 Parte Baião Parente para povoar Santa Catarina;
- 1672 Pascoal Pais do Araújo penetra no Piauí e chega até o Tocantins, morrendo em pleno sertão;
- 1674 Parte Fernão Dias Paes Leme em busca das Esmeraldas, com 66 anos de idade;
- 1677 São Paulo ameaça expulsar novamente os jesuítas. Partem paulistas, para a fundação da Colônia do Sacramento, sob direção de Manuel Lobo;
- 1678 Chega a São Paulo o fanfarrão D. Rodrigo Castelo Branco;
- 1680 Salvador Jorge Velho descobre ouro no ribeirão Curitiba;
- 1681 Morre Fernão Dias pensando ter descoberto as esmeraldas nas cercanias do Sumidouro (Minas); D. Rodrigo Castelo Branco é assassinado por Borba Gato e seus homens;
- 1682 Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro "Anhanguera" chega até o Araguaia, encontrando-se com Antonio Pires Campos, que acabava de descobrir o Rio Cuiabá. É o começo do devassamento dos sertões de Goiás e Mato Grosso;
- 1683 São Paulo é elevada a capital da capitania de São Vicente (25 de abril);
- 1684 Brito Peixoto parte para povoar o Rio Grande do Sul;
- 1687 Antonio Rodrigues Arzão atinge as minas do Rio Doce, onde falece. O itinerário de suas explorações fica com seu cunhado Bartolomeu Bueno de Sirgueira (A data de 1687 é muitas vezes contestada, sendo atribuídas, a descoberta do Rio Doce, às datas de 1693, 94, 95 e mesmo

- 97); Taubaté entra em inimizade com São Paulo; Ação de Matias Cardoso de Almeida em São Francisco, Ceará e Rio Grande do Norte, atacando, preando e debelando revoltas dos gentios;
- 1690 É fundado o centro de mineração Sabará;
- 1693 Maciel Parente entra a serviço da Bahia para libertá-la dos famosos índios guereus;  
Domingos Jorge Velho parte para o Norte.
- 1695 Domingos Jorge Velho esmaga o famoso Quilombo dos Palmares (Alagoas);
- 1697 O Dr. Antonio Luís Peleja é nomeado primeiro ouvidor em São Paulo.

## SÉCULO XVIII

- 1700 Manuel de Borba Gato é perdoado do crime que lhe imputaram, após a morte de D. Rodrigo;
- 1702 Os dominadores de Palmares recebem terras;
- 1709 Guerra dos “Paulistas e Emboabas”. Derrotas paulistas em Sabará, Campo da Cachoeira e Capão da Traição. As desumanidades dos emboabas Fr.  
Francisco de Menezes e Bento do Amaral Coutinho. Reação das mulheres paulistas e Amador Bueno da Veiga é aclamado “Cabo-Mor” dos paulistas. “Ponta do Morro” rende-se;
- Experiências de Bartolomeu de Gusmão em Lisboa, fazendo voar um aerostato em miniatura, diante do rei;
- A capitania de São Vicente passa a chamar-se de São Paulo e Minas de Ouro. Seu primeiro governador é o cap. general Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho;

- 1710 Dá-se o famoso “Assalto do Sal” chefiado por Bartolomeu Fernandes de Faria que morrerá no cárcere;
- 1711 A vila de São Paulo é elevada à cidade;
- 1712 D. Braz Baltazar da Silveira substitui Coelho de Carvalho. Paulistas vão para o interior de Mato Grosso;
- 1717 D. Pedro de Almeida Portugal substitui Baltazar da Silveira.
- 1718 Surge ouro em Cuiabá, graças a Antonio Pires de Campo, Bartolomeu Bueno da Silva, os moços, Pascoal Moreira Cabral e outros;
- 1719 Pascoal Moreira Cabral é considerado 12º chefe de Cuiabá; Criam-se Casas de Fundação; João Alves encontra a imagem da padroeira do Brasil;
- 1720 Explodem motins em Pitangui, Rio das Velhas e Vila Rica; Minas passa a ter governo próprio;
- 1721 D. Rodrigo Cesar de Menezes substitui Almeida Portugal;
- 1722 Parte de São Paulo, em nova expedição, Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo “Anhanguera”; Pascoal Moreira Cabral comunica à Coroa a descoberta de ouro em Coxipó;
- 1723 São mortos os Irmãos Leme;
- 1726 Volta novamente a Goiás o segundo “Anhanguera” que regressara no ano anterior;
- 1727 Antonio Caldeira Pimentel substitui Cesar Menezes;
- 1728 Sebastião Fernandes do Rego e J. Barbosa Lopes desviam ouro da Coroa;
- 1730 O ouvidor Lanhes Peixoto morre nas mãos dos paiaguás, tribo matogrossense, e com ele se perdem 80 arrobas de ouro;
- 1732 O quarto Conde de Sarzedas substitui Caldeira Pimentel;

- 1733 Gabriel Antunes Maciel vence os paiaguás;
- 1734 Explorações de Fernando e Artur Pais de Barros no Guaporé;
- 1736 Nova vitória dos paulistas sobre os paiaguás;
- 1737 O futuro Conde de Bobadela substitui o Conde de Sarzedas, morto nas Gerais;
- 1739 D. Luís de Mascarenhas substitui o Conde de Bobadela;
- 1740 Morre na miséria o segundo Anhanguera;
- 1742 Antonio Pires de Campos persegue os índios Caiapós;
- 1743 Nasce Aparecida do Norte, no Estado de São Paulo;
- 1745 Criação do Bispado de São Paulo, mediante o Motu próprio de Benedito XIV, *Candor lucis aeternae* (6 de dezembro);
- 1746 Luta entre paulistas e montanhese em Minas;
- 1748 São Paulo perde o direito de governar-se, perde os territórios de Goiás e Mato Grosso e é anexado ao Rio de Janeiro;
- 1760 Os jesuítas são expulsos de São Paulo, por ordem de Pombal;
- 1765 São Paulo obtém novamente o direito de governar-se. Morgado Mateus toma posse do governo em Santos;
- 1766 A Capitania de São Paulo possui 1 cidade, 18 vilas, 9 aldeias de índios e 38 freguesias, numa soma de 58.071 almas. A capital possui 3.828 almas; 1767 Ataque dos paulistas aos paraguaios;
- 1770 Conquistam os paulistas Guarapuava e Apucarana;
- 1774 Parte uma tropa paulista para o Rio Grande do Sul;
- 1775 Morgado de Mateus é substituído por Martim Lopes Saldanha;
- 1776 Manuel Mexia Leite leva gente paulista mais para o sul do que fora levada em 1774;

- 1777 Derrota paulista frente aos castelhanos;  
1780 Voltam as forças paulistas;  
1781 Demite-se Lopes Saldanha;  
    Alarga-se a estrada São Paulo a Santos;  
1782 Francisco da Cunha Menezes é o novo Governador; Procura reativar as minerações;  
1786 O Marechal José Raimundo Chicorro de Menezes substitui Cunha Menezes; Manda aterrar a base da Serra de Cubatão;  
1788 O Conde de Sarzedas substitui o Marechal;  
1793 Levanta-se o “Teatro da Ópera”; Irrompe no norte a Conjuração Baiana;  
    Funda-se o Arsenal de Guerra.

## SÉCULO XIX

- 1807 O príncipe regente D. João transfere-se para o Brasil, com toda família real, após a invasão de Portugal pelas forças napoleônicas;  
1808 Abertura dos portos às nações amigas;  
    Invasão da Guiana Francesa por tropas do Brasil; Cria-se o Banco do Brasil, com uma filial em S. Paulo e com capital de mil e duzentos contos;  
1810 Decreto favorecendo a indústria dos tecidos de algodão (isenção de impostos);  
1811 O Brasil invade a Banda Oriental do Uruguai; 1812 Fundação da Real Fábrica de Ferro em São João do Ipanema, próximo de Sorocaba;  
1816 Chega ao Brasil a missão cultural francesa; 1820 D. João é obrigado a voltar para Portugal;

- 1821 D. Pedro é proclamado regente, com amplos poderes;
- 1822 É proclamada a Independência, no Brasil;
- 1825 Perde-se a Cisplatina, repercutindo desfavoravelmente em S. Paulo;
- 1827 Aparece a “Aurora Fluminense” de Evaristo da Veiga;
- 1830 Medidas liberais do imperador, visando dar um governo satisfatório;
- 1831 Abdicação de D. Pedro;
- 1833 Promulgado o Ato Adicional;
- 1838 Fundação do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro;
- 1841 D. Pedro I é coroado imperador do Brasil;
- 1842 Revolução em São Paulo, comandada por Diogo Antonio Feijó e Tobias de Aguiar;
- 1843 Os brasileiros chegam em Montevidéu;  
D. Pedro II casa-se com D. Maria Cristina; Falece Feijó;  
Falecem Antonio Carlos e Martim Francisco;
- 1846 D. Pedro II e D. Tereza Cristina visitam pela primeira vez a Província;
- 1847 É iniciado o período romântico em S. Paulo com Álvares de Azevedo;
- 1850 É fundada a loja Maçônica Piratininga;
- 1852 Falece Álvares de Azevedo;  
O Paraná separa-se de São Paulo;
- 1854 Funda-se o “Correio Paulistano”;
- 1856 Funda-se um seminário na Capital (D. Antonio de Melo);
- 1857 O número de agricultores europeus atinge 60.000; 1858  
Inaugura-se o primeiro cemitério público na Consolação;
- 1859 São Paulo possui três sociedades literárias: “Arcádia Paulistana”, “Ateneu Paulista” e “Ensaio Filosófico Paulistano”;

- 1860 Trabalha-se na EFSJ;
- 1862 Instala-se a Sociedade do Instituto Científico; 1865 Tropas paulistas partem para o Paraguai (22 Batalhão dos Voluntários da Pátria);
- 1866 É instalado o telégrafo elétrico em Santos;
- 1867 O recrutamento violento causa conflito entre estudantes e portugueses;
- 1868 Estranhos fenômenos celestes são observados em São Paulo;  
Há reação política do Partido Conservador; É criado o Partido Liberal Radical; 1870 Regressam as tropas paulistas; Há grandes mutações políticas com a passagem dos radicais para republicanos; São Paulo concorre com 15% da produção do país Lei do Ventre Livre;
- 1873 Inaugura-se o Primeiro Congresso Republicano; 1874 Cria-se o Instituto de Advogados, sob a direção do Barão de Ramalho;
- 1875 Surge “A Província de S. Paulo”, atual “Estado de São Paulo”;
- 1876 Inaugura-se a linha férrea São Paulo-Jacareí; 1878 Cria-se o “Serviço de Águas e Esgotos”;
- 1884 São eleitos os primeiros deputados paulistas para a Câmara Federal: Campos Sales e Prudente de Moraes;
- 1886 Cria-se a “Sociedade Promotora da Imigração”;
- 1881 Realiza-se o último Congresso Republicano, no qual são expressos ideais separatistas;
- 1888 Antonio Prado liberta os escravos da cidade É promulgada a Lei Áurea;
- 1889 O Marechal Deodoro da Fonseca proclama a República e é seu primeiro presidente;

- 1891 Floriano subindo ao poder recebe oposição do paulista Américo Brasiliense;
- 1894 Fundam-se diversas escolas na capital e interior; O paulista Prudente de Moraes é eleito presidente. Surgem o “Museu Paulista” e o “Instituto Histórico e Geográfico”;
- 1897 Há crise na lavoura com a primeira baixa no preço do café; 1898 Campos Sales é eleito presidente da Republica.

## SÉCULO XX

- 1902 O paulista Rodrigues Alves é eleito presidente da República;
- 1904 Há um “superávit” de 6.000 contos de reis; São Paulo apóia Rodrigues Alves;
- 1905 A Estrada de Ferro Noroeste é fundada;
- 1909 Nasce a “Academia Paulista de Letras”, com Basílio Machado;
- 1911 É construído o Teatro Municipal;
- 1913 Surge a Faculdade de Medicina;
- 1917 O Brasil entra na Segunda Guerra Mundial;
- 1920 São Paulo exporta 50% da produção brasileira; Washington Luiz abre 823 quilômetros de estradas;
- 1924 Revolução comandada por Isidoro Dias Lopes ocupa a capital, porém, é derrotado pelas forças governamentais;
- 1925 É criado o Instituto do Café;
- 1930 Eleições fraudulentas, para o Governo federal, servem de base ao golpe de Getúlio Vargas que toma o poder supremo;
- 1931 São Paulo pede uma Constituição e reclama a autonomia

- perdida; O interventor *João Alberto* é deposto;
- 1932 Republicanos e democratas formam a Frente Única Paulista; Pedro de Toledo não consegue acalmar os ânimos; O Governo federal apóia Minas, na questão dos limites; Oswaldo Aranha é afastado; A revolução estoura em 9 de Julho; Em 10 de Agosto, São Paulo já derrotado, repele uma tentativa de anistia por falta de segurança; Em 29 de Agosto a revolução está perdida. O Coronel Herculano de Carvalho assume o governo em nome da Ditadura; O Partido Integralista, de Plínio Salgado, surge para combater o comunismo;
- 1933 São Paulo pede um governo paulista, sendo eleito Armando Saltes de Oliveira;
- 1934 É criada a Universidade de São Paulo;
- 1935 É revista a questão de limites com Minas; Instala-se no Brasil o “Estado Novo”;
- 1938 Prestes Maia inicia o plano urbanístico da cidade;
- 1941 O Brasil apóia os “Aliados” na Segunda Guerra mundial;
- 1945 Getúlio Vargas é deposto pelas forças armadas (pacificamente);  
É eleito o Gal. Eurico Gaspar Dutra para a presidência.

# UMA BREVE HISTÓRIA DE SÃO PAULO (1500-1952)<sup>1</sup>

**Ives Gandra da Silva Martins**

*Professor Emérito da Universidade Mackenzie e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-ECEME, Membro da Academia Paulista de Letras e da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, Membro das Academias Paulista de Letras, Paulista de História, Brasileira de Filosofia, Brasileira de Letras, Internacional da Cultura Portuguesa (Lisboa), Internacional de Direito e Economia.*

## I - ANTECEDENTES DA FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

O Brasil foi totalmente esquecido por D. Manuel, após sua descoberta, em 1500, pelo Capitão-Mór Álvares Cabral. Afora as expedições de conhecimento litorâneo, pouco cuidou, o venturoso monarca, de nossa terra e, quando o fêz, em 1506 (Sistema de Arrendamento), foi tão-somente para tentar explorá-la.

Qual seria, entretanto, a razão desse irritante desinteresse? A razão parece- nos simples. Portugal, muito preocupado com as Índias, que lhe ofereciam lucros ciclópicos, não quis inverter capital na então Terra dos Papagaios, que apenas possuía, como riqueza, o pau-brasil, existente também no Oriente. Ora, desta despreocupação, em que viviam os portugueses, aproveitou-se a França, que, malgrado ser um país rural, queria aventurar-se na senda lucrativa das navegações e que começava já

1. Trabalho escrito em 1952 para a Maratona Intelectual Esso, dedicado ao IV Centenário de São Paulo (1953), premiado em 1953 e ainda inédito.

a buscar o pau-brasil em terras luso-americanas. Eis por que, nesta época, o Brasil era mais francês, que português.

Portugal, todavia, com o caminhar do tempo, apercebeu-se desta invasão sorrateira e enviou, então, Cristovão Jacques, que, em 1516 e 1526, percorreu nossas costas, travando combates com os franceses e vencendo-os, sem, contudo, expulsá-los. Mas, por que mandou, Portugal, estas expedições ao Brasil? Seria tão-somente para desocupar, por desencargo de consciência, a sua propriedade ociosa do elemento estrangeiro, gastando, assim, um capital que não lhe traria lucro — ao contrário, apenas prejuízo —, capital esse que poderia ser aplicado no principesco comércio com as índias? Pensamos que não. Estas expedições foram, isto sim, o reflexo do início da decadência lusa, pois desde que Portugal quis tudo ganhar e nada inverter, transformando, assim, a antiga permuta amigável que mantinha com os indianos em escravidão, Veneza começou, novamente, a vencê-lo, na troca das especiarias. Foi, por conseguinte, o sintoma desta derrota, que fez os portugueses pensarem em outra fonte de renda, não imediata, mas capaz de substituir a primeira, quando chegasse o momento, com igual força. Eis, pois, a causa das expedições de Jacques.

Foram dois fracassos, as duas vindas ao Brasil, e isto compreendeu a Coroa, porque mandou, em 1530, uma esquadra a sua América, que não tinha, como acredita a maioria dos nossos historiadores, o intuito de ser uma expedição colonizadora por excelência, mas sim colonizadora, exploradora e guarda-costas. É isto que vamos procurar mostrar.

Martim Afonso de Sousa, chegando ao Brasil, que fez? Bifurcou sua frota, seguindo, parte, para o norte e parte, para o

sul. Ao atingir, porém, o litoral vicentino, encontrou-se com um português, o “contador” Francisco Chaves, que já aqui estava e dizia ter descoberto ouro. Não titubeou, então, em destacar, de sua gente, 80 homens para, sob a chefia do imaginoso lusitano, entrarem no sertão em busca do cintilante metal. Esta expedição não mais voltou. Ora, isto demonstra que tinha partido, Martim Afonso, com ordens d’el rei para averiguar a verdade sobre as lendas correntes, dizendo estar o “El-dorado” e “Manoa” em terras luso-americanas, e demonstra, ainda, que estava el rei interessado em explorar o ouro, o mais depressa possível.

Martim Afonso, após o armamento desta entrada, desceu de São Vicente até o estuário do Prata, onde perdeu sua nau-capitânia. Subiu, depois, novamente, o litoral percorrido, vindo aportar em São Vicente e fundando, então, a primeira povoação oficial no Brasil, que foi a de São Vicente.

O aparecimento desta vila, mais uma vez, prova que Martim Afonso não veio com o único intuito de colonizar o Brasil. Tivesse vindo para colonizá-lo, e teria, naturalmente, dado nascimento a povoações, não no litoral sul de nossa terra, mas sim entre o Cabo Frio e Pernambuco, região onde havia o pau-brasil em quantidade e onde, além do mais, estavam situados os franceses. Para colonizar uma terra dominada em parte por inimigos, não se deve colonizar a parte não dominada, deixando que o inimigo crie raízes na outra. Deve-se tentar colonizar a parte dominada, vencendo primeiramente o inimigo e expulsando-o depois, com a própria colonização. Somente a colonização poderia expulsar os franceses. As expedições não tinham conseguido atingir este fim, porque apenas os afugen-

tavam para o interior da terra. Martim Afonso, portanto, não estava com intenção de colonizar o Brasil, mas sim de explorá-lo, pois sua primeira vila fundada, foi a de São Vicente, que estava mais perto do rio da Prata, e que, segundo a opinião da época, estava mais perto das pretensas regiões ricas do Novo Mundo. A expedição de Francisco Chaves bem o atesta.

Neste mesmo ano de 1532, a vila de Santo André da Borda do Campo nasceu, tendo, na chefia de sua administração, João Ramalho.

É aqui que, mais uma vez, divergimos de alguns historiadores ilustres do Brasil. Concordamos nós que João Ramalho foi uma figura de raros méritos na história de São Vicente, e concordamos, ainda, quanto ao valor que lhe atribui o historiador patricio, *Tito Lívio Ferreira*, em sua obra "Gênese Social da Gente Bandeirante"; entretanto, não concordamos com a opinião de muitos historiadores, que dizem ter sido Santo André fundada para proteger São Vicente e para aproveitar a força criadora de João Ramalho.

A povoação de Santo André foi fundada, cremos nós, para ser o ponto de partida das explorações auríferas, pois, situada no planalto, não demandaria a quase inexpugnável transposição da Serra do Mar. Ainda mais, estando São Vicente distanciada do raio de ação dos piratas de França, é natural que não os temesse imediatamente. Estes só vão aparecer no sul brasileiro, quando São Vicente vier a progredir, e pensamos que, naquela época, era talvez improvável, na opinião de seus fundadores, um progresso imediato sem o ouro. Assim sendo, não fundariam, os portugueses, uma povoação por futuras duvidosas perspectivas de êxito, mas sim por uma causa real, que

foi a da proximidade do sertão. Maior prova disto é que Santo André foi a única povoação fundada no interior, nos primórdios da colonização lusa.

Concluindo este primeiro capítulo, diremos que, São Vicente e Santo André foram criadas mais com as vistas voltadas para as sonhadas riquezas do interior brasileiro, que para o início de uma colonização lusa, voltada a fazer do Brasil uma província única e totalmente portuguesa.

## **II - NASCIMENTO DE SÃO PAULO. LUTAS PARA SUA EXISTÊNCIA, ESTABILIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO**

Com o fracasso do sistema das capitanias hereditárias, sistema este de inversão de capitais particulares em nossa terra, criou, o rei de Portugal, um governo geral, para que pudesse centralizar a administração do Brasil como um bloco único.

Duas capitanias, todavia, já haviam prosperado: a de Pernambuco e a de São Vicente, cujos donatários eram, respectivamente, Duarte Coelho Pereira e Martim Afonso de Sousa. A base desta prosperidade foi, afora a boa orientação recebida de seus capitães, a cultura da cana, que encontrou bom solo em ambas as donatárias. Como, para viver, estas capitanias tinham de entrar em comércio com o mundo exterior, começaram, as duas, a exportar o açúcar. Assim, foram elas se afastando da pobreza de suas irmãs. O simples fato, porém, de Portugal ter escolhido a Bahia para centro de seu governo, demonstra que Pernambuco já principiava a dominar sua concorrente na exportação.

Quais seriam, as causas deste início de vitória, vitória que

se acentuaria com o decorrer dos anos e que faria o Nordeste sair vencedor da “Primeira Batalha do Açúcar”, levando a miséria para a capitânia de São Vicente? A principal foi, sem dúvida alguma, a proximidade da Metrópole, muito embora o solo, o clima e a administração também fossem causas. Não tem, contudo, importância marcante.

Em uma época na qual a navegação era difícil e dispendiosa, os navios lusos preferiam buscar o “ouro doce” em Pernambuco, para que ele fosse vendido em Portugal mais barato e com menos demora que o de São Vicente, que levava, no século XVI, quase um mês de navio para ir do Nordeste à Metrópole.

O início, pois, da derrota, já começava a fustigar os habitantes da capitania sulina, quando, em 25 de janeiro, São Paulo do Campo de Piratininga é fundado. Qual seria a razão de seu nascimento? Difícil explicá-la, mesmo porque os diversos autores consultados, *Tito Lívio Ferreira, Ellis Júnior, Cerqueira Falcão, Aureliano Leite, Taunay, etc.* entre os modernos e *Calógeras, Rocha Pombo, João Ribeiro, Southey, Taques etc.* entre os antigos, não nos dão uma resposta satisfatória ou, ao menos, uma afirmação objetiva. A melhor situação da nova localidade (o estabelecimento de ensino que deu início a São Paulo, estava situado no atual Pátio do Colégio) em relação a Santo André, poderia levar-nos a crer que foi fundada para ser o ponto de partida ideal das explorações em busca do ouro, que foi, desde a descoberta do Brasil, o sonho dos portugueses. Esta causa mais se afirma como correta em se lendo a história paulistana, com a mudança de Santo André e com a escolha do ponto de partida, que na verdade foi a povoação de Nóbrega. O simples fato, entretanto, de terem sido os jesuítas seus funda-

dores, demonstra, por certo, a inviabilidade momentânea de tal projeto, mesmo porque somente seis anos depois dar-se-ia a mudança de Santo André para São Paulo.

Creemos que a fundação de São Paulo deveu-se à tentativa de catequese, que os jesuítas estavam procurando promover em todo o Brasil, tendo em vista que com a possível descoberta de ouro haveria maior presença européia no continente e necessidade maior de espírito missionário. Discordamos de alguns historiadores ilustres, embora concordemos que se tratava de um movimento orientad pelo Vaticano, de oposição ao Protestantismo, *porém com exclusiva vocação missionária*.

São Paulo passou, em virtude do valor de seus fundadores *Anchieta, Paiva* e, principalmente, *Nóbrega* (Manuel da Nóbrega é o autor intelectual da fundação de São Paulo e o profeta da nova fase do brilho paulista, que sempre se mostrou incansável idealista e compreensivo orientador), a fazer concorrência a Santo André, por estar mais bem situado, sendo de mais fácil defesa. Mas esta concorrência não foi tanta como acentuam alguns de nossos historiadores e, como bem explicou *Serafim Leite* e *A. Ellis Junior*, apenas existindo nas diretrizes dos jesuítas e de João Ramalho, isto é, uns a protegerem os índios, e outros a apresá-los, apresamento este que se fazia há muito tempo no Brasil, embora em pequena escala.

Mem de Sá, em 1560, temendo as avançadas destruidoras dos Tamoios que, incitados cerebralmente pelos franceses, começaram a atacar a parte do sul do Brasil, sabiamente percebeu que, possuindo, o planalto, dois núcleos pequenos, seriam eles facilmente massacrados por essa tribo e resolveu abandonar, um, fazendo com que sua população se unisse à do outro,

para que assim pudessem os planaltinos opor resistência ao gentio revoltado.

Pela melhor situação defensiva de São Paulo, foi decretado o desaparecimento de Santo André e, malgrado as diferentes diretrizes governamentais das duas povoações, João Ramalho e os jesuítas tiveram de unir-se diante do inimigo comum, que, em 1562, assaltou São Paulo. Foi construída, para este fim, uma muralha que circundou a vilazinha e que, no dizer de *Belmonte*, era feita nos velhos estilos inexpugnáveis das muralhas medievais, mas amoldadas pela influência do meio. Graças ao engenho de João Ramalho, à gente de Tibiriçá e aos cuidados dos jesuítas, foram vencidos os Tamoios.

É aqui que temos, então, a estabilização de São Paulo. Antes, a povoação poderia ser abandonada, ser destruída; depois desta vitória, apesar de poder vir a ser derrotada, teve sua existência garantida pelo nativismo criado. São Paulo estabilizou-se. São Paulo, desta data para o futuro, deixou de ser um povoado preocupado apenas em defender-se e começou a fazer com que seus inimigos passassem a preocupar-se com a própria defesa. De atacado tornou-se atacante, pois um novo fator determinou esta situação, criando uma atmosfera autônoma, que cobriu o planalto por dois séculos.

Ei-lo:

A “Primeira Batalha do Açúcar” fora definitivamente, vencida pelo Nordeste, caindo, por conseguinte, São Paulo, num estado de pobreza único. Pertencendo à Capitania, sentiu, portanto, os efeitos da derrota e, embora nunca tivesse sido uma povoação rica, viu-se agora, na época de sua estabilização, com a miséria a seu redor. Assim sendo, seus habitantes come-

çaram a deixar o núcleo do povoado e a estender-se por sua periferia. As fazendas surgiram e, poderíamos dizer, eram quase auto-suficientes. (Diz *Alcântara Machado* em “Vida e Morte do Bandeirante” — “Dentro de seu domínio tem o fazendeiro a carne, o pão, o vinho, os cereais que o alimentam; o couro, a lã, o algodão que o vestem; o azeite de amendoim e a cera que, à noite, lhe dão claridade; a madeira e a telha que o protegem das intempéries; os arcos que lhe servem de broquel. Nada lhe falta. Pode desafiar o mundo”), se produzissem armas de fogo. Os fazendeiros espalhados pelo campo raramente o abandonavam, mesmo para vir até o núcleo central.

O isolamento, em que a Coroa deixou São Paulo, foi tornando o paulista um indivíduo que pouco se importava com o resto da nação, que procurava produzir somente o que necessitava e que não obedecia às leis, senão àquelas que ele próprio fizesse. A perda da batalha do açúcar fizera-o assim: RUDE, ISOLACIONISTA E FORTE e o tornaria TEMERÁRIO, BRAVO E NOBRE.

### III - CAUSAS DO BANDEIRISMO

O Bandeirismo foi um fenômeno que somente poderia ter ocorrido em São Paulo, ou, melhor dizendo, no planalto. Desde a fundação de São Vicente, estava decretado o seu aparecimento. A prosperidade inicial na capitania serviu, apenas, para retardá-lo, mas não para exterminá-lo. Com a derrota dos vicentinos diante dos pernambucanos e com a estabilização de São Paulo, ressurgiram as idéias aventureiras que ocasionaram o nascimento de São Vicente e Santo André (o Nordeste, na-

babescamente vivendo, não tinha necessidade de atirar-se ao sertão. Possuía dinheiro). O Bandeirismo que, segundo os seus iniciadores, deveria ter por objeto a busca do ouro, começou bifurcadamente a existir no planalto.

(Como bandeirismo consideramos “Entradas” e “Bandeiras”, embora sabedores de suas diferenças. Mas aqui não tratamos da terminologia do maior ou menor movimento, mas sim do movimento em busca do sertão). Assim sendo, se os planaltinos buscaram o ouro — e isto vemos com as expedições de Heliodoro Eoban, Jerônimo Leitão ou Afonso Sardinha, o moço — também procuraram prear os indígenas, malgrado as leis proibitivas, para suprir a falta de braços na sua lavoura e, possivelmente, na de outras capitanias (Nordeste). Capitães destas últimas foram, entre muitos, os citados Jerônimo Leitão e Afonso Sardinha.

Quais foram, porém, as causas do Bandeirismo? Três, parece-nos, foram as principais: a Econômica; a Humana e a Geográfica.

A causa Econômica é simples de ser explicada. Perdida a batalha do açúcar, os habitantes da capitania caíram no isolamento, em relação a metrópole. Tornaram-se, por esta razão, quase auto-suficientes. Assim, eram eles pobres, mas precisavam viver e entrar, se bem que em pequena escala, em contato com Portugal ou com o resto das colônias. Somente achando ouro, ou então, escravizando o gentio para mandá-lo ao Norte ou vendê-lo, poderiam, por conseguinte, manter-se, ainda que miseravelmente. Desta maneira foi esta razão econômica a principal causa. Todavia, com base nela, apenas, como afirmam *Ellis Júnior* e *Afonso Taunay*, não teria havido bandeir-

risimo. A segunda causa em importância foi a humana. O Europeu português, partindo da Península Ibérica em busca de novas terras, era um aventureiro que se achava com forças para lutar em um mundo totalmente desconhecido, indo em busca do triunfo. Sabia ele que este triunfo só surgiria à custa de muito trabalho e força de vontade. Foi, portanto, um indivíduo forte, aquele que deixou sua pátria para povoar, uma terra estranha, virgem e que as lendas tornavam mais que misteriosa, plena, tenebrosa. Havia nele os desejos de vitória. A esta seleção por que passou o português do Brasil, chamam-na de imigratória. Aqui chegando, houve uma outra seleção, que *Ellis Jr.* chama de emigratória, isto é, só subsistiu, no planalto de clima tropical, de lutas permanentes, de sentimentos bravios, aquele português que conseguiu adaptar-se ao meio. O fraco jamais poderia sobreviver. Assim, o que resistia após passar por esta dupla seleção, era um indivíduo forte, um Anteu, na verdadeira concepção da palavra. A união, agora, do branco com o índio, veio aumentar a fortaleza de seu filho, o mais forte, o mais belo e o mais nobre dessa terra, (muito embora saibamos da não extrema fortaleza do indígena brasileiro, colocamos estas três qualidades, não em função do português, mas em função dele mesmo). Assim, João Ramalho casou-se com a filha do maior guerreiro guainás, que foi Tibiriçá; Antônio Rodrigues com a filha do cacique Caiubi etc. Ora, os mamelucos, resultantes deste cruzamento, foram rudes, audazes e honrados; foram, diríamos, o plasma de um povo de valentes. Daí, então, concluímos que esta consangüinidade perfeita, em vez de aumentar as taras, poucas, existentes, aumentou as muitas virtudes existentes. Eis por que os paulistas foram uma “raça de gigantes”, no

dizer de *Hillaire*, e, por conseguinte, somente eles poderiam levar adiante tão difícil empresa.

A terceira e última causa, que denominamos de geográfica, foi aquela originada da queda de Portugal nas mãos de Espanha, em 1580. Naturalmente, sendo a Ibéria um país único, o Tratado de Tordesilhas deixou de existir e os planaltinos puderam, desde essa época, exercer sua ação além da linha demarcatória dos limites brasileiros.

Foram estas três, parece-nos, as causas que levaram o bandeirismo paulista à frente. Foram, entretanto, as principais e não as únicas, posto que cada fase do bandeirismo teve, afora estas, outras causas, particulares, porém, a determinadas fases.

#### **IV - CAUSAS DO BANDEIRISMO DE APRESAMENTO**

Nos fins do século XVI e começos do século XVII, São Paulo principiou a trocar o bandeirismo de pesquisas mineralógicas pelo de apresamento. Quais seriam as causas, desde que, após a estabilização da cidade, tanto as pesquisas como os apresamentos vinham sendo feitos com igual intensidade? Parecem-nos lógicas as seguintes explicações:

Quando o governo geral foi centralizado novamente, sob a tutela de um Chefe — o escolhido chamava-se Dom Francisco de Souza —, este homem, sendo um grande ambicioso, procurou por todas as maneiras descobrir as riquíssimas e decantadas jazidas da nossa terra. As bandeiras pesquisadoras, que já vinham diminuindo de intensidade por nada, ou muito

pouco. terem encontrado, foram, então, reanimadas pelo novo chefe. Este as fez percorrer grande parte do nosso interior ou, como querem alguns de nossos historiadores, pelas Entradas. Temos a destacar os nomes dos entradistas Belchior Soares de Souza, Belchior Dias Moreira, Diogo Martins, Dom Francisco de Assis Carvalho Franco, José Pereira de Souza Botafogo e Martim de Sá que não descobriram absolutamente nada ou, mesmo sabendo que nada descobriam, procuraram, apenas, ganhar seu soldo, pondo-se sob as ordens do Governador. Estas sucessivas desilusões trouxeram aos portugueses a certeza de que pouco ouro existia no Brasil.

Por esta mesma época, as três primeiras causas já se faziam sentir. Somam-se-lhes, ainda, o fato de o Nordeste açucareiro, com o seu aumento rápido de produção, ter precisado de braços, necessidade que a África já não poderia suprir, quer pelo preço do escravo negro, quer pelo número dos que chegaram ao Nordeste. Assim, a outra parte do operariado teve que ser arregimentada entre os naturais da terra. Os nordestinos, porém, vivendo na abundância, não estavam nem física, nem moralmente preparados para internarem-se no sertão. O comércio de escravos exigia uma grande resistência física, dando, além disso, menos lucro que a cultura da cana. Logo, os paulistas tornaram-se os seus “fornecedores”.

Esta situação desenhou-se, claramente, com a bandeira de Nicolau Barreto. Por estes anos, os jesuítas começaram a missão catequizadora da região atual do Paraná e Paraguai, região chamada Gaurá. Os paulistas, vindo na Companhia de Jesus a fonte de treinamento da mão-de-obra de que precisavam — o gentio desta zona era manso e conhecia os rudimentos da agri-

cultura —, começaram, em bandeiras sucessivas, a apresá-los e a destruir as aldeias dos jesuítas. Tal apresamento chegou ao auge quando o Nordeste caiu em mãos dos holandeses e estes proibiram a importação do escravo negro. O campo tornou-se aberto para os bandeirantes que, nesse momento, puderam enviar, livres de concorrência, os seus escravos para o Nordeste.

Recapitulando, pois, temos que as seis causas básicas do bandeirismo de apresamento foram: 1) econômica, 2) humana, 3) geográfica, 4) o fracasso na descoberta de ouro, 5) a colonização jesuítica, 6) a invasão holandesa.

## **V - AUGES DO BANDEIRISMO DE APRESAMENTO, EXPULSÃO DOS JESUÍTAS, AMADOR BUENO E “PIRES E CAMARGOS”**

Após os três anos de inatividade que sucederam à bandeira de Nicolau Barreto, em 1603, os paulistas lançaram-se no comércio de apresamento, com denotado esforço e, ao aumento de “mercadoria” apresada, correspondeu o progresso daqueles anos. Assim cresceu, cada vez mais, o número das expedições para o interior. Tivemos, então, nomes como Diogo de Quadros, Belchior Carneiro, Martim Rodrigues Tenório etc. Foi, todavia, Manoel Preto quem deu um impulso definitivo a este novo meio de vida, que sustentou o planalto. Depois de Manoel Preto, São Paulo viveu do apresamento como o Nordeste do comércio de cana de açúcar. Este meio de existência mais se afirmou, em todo o caso, com a queda da Bahia nas mãos dos holandeses, chegando, tal indústria, ao climax, quando se fecharam os portos nordestinos aos navios negreiros ingleses.

Desta forma a “Paulistânia” com mais afã dedicou-se ao lucrativo tráfico de escravos. Talvez seja esta a razão por que pouca repercussão teve a invasão holandesa, em São Paulo. Pelo seu isolamento, pela sua autonomia e pelo seu meio de vida, tanto fazia, ao planalto, que o Brasil estivesse em mãos de portugueses, espanhóis ou holandeses. Aliás, o Nordeste ter caído sob a tutela da Holanda era, até, sobremaneira interessante, desde que se redobrasse o comércio escravocrata. Não queremos afirmar com isto que faltasse patriotismo ao bandeirante, ao comércio, em função de sua gênese humana, era ele até bastante apegado à terra. O fato, contudo, de o paulista ter sido esquecido pela Metrópole, fez com que ele a esquecesse. Deste modo, pouco influência tiveram, entre nossos ancestrais, as lutas travadas na Bahia e, mais tarde, em Pernambuco. Os planaltinos, com sua fonte de renda atingindo o máximo, começaram, mais intensamente, a penetrar pelo sertão. Despontou, então, a figura de Antonio Raposo Tavares. Em 1628, uma expedição gigantesca, com 900 mamelucos, 70 paulistas e 2.000 índios, sob a chefia de Raposo Tavares e Manoel Preto, saindo de São Paulo, destruiu parte da região jesuítica de Gaurá. Depois desta expedição, Manoel Preto morreu, em outra que levava o mesmo fim, e, finalmente, as sucessivas expedições de 1630, 1631, 1632 aniquilaram as missões dos jesuítas. De Gaurá, as vistas paulistas voltaram-se para o sul de Mato Grosso, na região de Itatí, também jesuítica, destruindo-a totalmente em 1633/1635. As bandeiras começaram, desde esta época, a dirigir-se para o Sul, região de Tapé, onde também se encontravam os jesuítas e, gradativamente, principiaram a demoli-la. Tanto era o interesse paulista por tais empreitadas que, em 1638, três armadas

percorriam essas plagas comandadas por três grandes bandeirantes: Raposo Tavares, Fernão Dias Pais Leme e Francisco Bueno. Assim, os paulistas partiam em busca do selvagem como um meio de vida ou, no dizer picaresco deles mesmos, encontrado nos inventários, para buscarem “remédios para a sua pobreza”. Os jesuítas paulistas, porém, nunca se conformaram com este comércio ilícito contra suas crenças, e, assim sendo, sempre procuraram conter os bandeirantes, havendo, por esta razão, constantes choques entre uns e outros. Desde que João Ramalho, vencendo os Tamoios, adquirira um certo domínio sobre a vila fundada pelos padres da Companhia de Jesus, o paulista procurou apresar o indígena, e o jesuíta, protegê-lo. Ora, pela pobreza da terra, esta situação não poderia estabilizar-se e os desentendimentos foram freqüentes. No momento, entretanto, em que os planaltinos definiram-se, entre o ouro e o apresamento, por este último, pensamos ter sido praticamente intolerável a vida dos jesuítas na vila, sendo esta a causa primeira de sua expulsão de São Paulo, em 13 de Julho de 1640. Os paulistas precisavam viver, e os jesuítas não queriam deixá-los viver da forma que haviam escolhido. Nesta situação irrequieta e perniciosa, preferiram expulsá-los de seu seio. Com a retirada dos sacerdotes, o bandeirante sentiu-se mais pujante e mais senhor da terra. Não possuía, agora, quem o inquietasse com seus sermões. Podia dominar o continente. Era “livre”.

Foi neste ano, então, que Portugal voltou a libertar-se do jugo espanhol e, conseqüentemente, a ter domínio sobre todas as suas antigas colônias. Assim sendo, automaticamente, a vila de São Paulo foi considerada portuguesa. Esta notícia, porém,

chegou à capitania, apenas, em 1641, sendo o novo rei de Portugal, D. João IV, aclamado pelo povo. No Planalto, contudo, tal não sucedeu. Como já temos repetido neste trabalho, a Paulistânia vivia com total autonomia, pouco se importando com o reino. Por conseguinte, vivia em função de suas próprias leis, porque as da Coroa nunca foram obedecidas, senão quando S. Paulo teve necessidade delas. Ora, como a Paulistânia, nesta época, era um todo separado da própria nação, viu, logicamente, com a restauração da monarquia portuguesa, uma oportunidade de tornar-se livre, fazendo corresponder esta liberdade declarada à efetiva liberdade existente. Ainda mais, o espírito de lusitanidade, no planalto, estava vivendo graças, unicamente, ao filete de emigração portuguesa, que chegava, com regularidade matemática, desde a fundação da vila. Querem alguns dos nossos historiadores atribuir — julgamos nós — muita importância à influência dos espanhóis, dizendo que esse movimento teria sido de reação espanhola. Pensamos ser esta uma verdadeira deturpação da história. Desde de 1628, como diz *Ellis Júnior*, quando da expedição de Raposo Tavares, que São Paulo conspirava contra a Espanha. Assim, a mudança de governo, apenas deu ensejo ao aparecimento da revolução. O elemento castelhano ajudou muito, mas entrou como consequência e nunca como causa. Afora esta primeira razão apresentada acima, que seria a principal, outras seis vieram como complementos:

- 1) não conheciam, os paulistas, D. João IV, senão como uma figura incapaz de despertar sentimentos de heroicidade em qualquer indivíduo. Rei tímido, dominado pela mulher, verdadeira propulsora da liberdade portuguesa, o monarca era

o tipo de pessoa absolutamente nula, sem qualquer ação, contrastando, portanto, com os homéridas bandeirantes. Como poderiam estes jurar devotamento àquele? 2) Esperavam eles que voltasse a personalidade de um D. Sebastião ou de um D. Antonio, prior de Crato, verdadeiros heróis, na rústica opinião da brava gente planaltina, guerreiros que diferiam do adiposo D. João IV. 3) A liberdade portuguesa dera-se graças ao apoio dos jesuítas, de quem eram inimigos fegadais, os paulistas. Ora, nessas circunstâncias, como poderia essa “raça de gigantes” aclamar um rei extremamente antipático? A estas causas, de ordem moral, três outras vieram — agora, mais objetivas— a apresentar como bastante possível esta oportunidade de libertação. 1) Se S. Paulo se libertasse, Portugal não poderia preocupar-se com essa região, porque temia a Espanha e não tinha, ainda, assegurada sua autonomia. Além disto, o planalto era pobre demais para representar preocupações à coroa. 2) A Espanha também não reagiria, porque estava preocupada com a famosa Guerra dos 30 anos. 3) As colônias, tampouco, porque se preocupavam com a expulsão dos holandeses. Nesta situação, tudo auxiliava o movimento em perspectiva. Este, entretanto, falhou. E as causas desse fracasso, quais foram? Três, apenas: 1) A pressa com que foi preparado. 2) A falta de gente brava na Paulistânia (os paulistas estavam no Norte, após a famosa derrota do conde De La Torre; outros lutavam em M’Bororé). 3) A recusa de Amador Bueno em tornar-se rei — e esta foi, enfim, a principal. Preparado, rapidamente, o movimento, seus idealizadores não souberam quem escolher como governante, pois os mais heróicos habitantes do lugar estavam fora. Recaiu, então, a escolha em Amador Bueno que, se não era um

modelo de bravura, pertencia a uma nobre família e era um dos mais tradicionais fazendeiros da região. Não havia outro. O pachorrento Amador Bueno, todavia, recusou e fez morrer este primeiro movimento nativista. Seria lealdade ao rei? Seria timidez? Optamos por esta última, pois a simples estadia de Amador Bueno em São Paulo demonstrava o seu estado de espírito, amante da paz. Enfim, foi sobre ele que esteve baseado o primeiro movimento nativista da América e, embora de muito menos valor que qualquer outro bandeirante, ficou mais afamado que muitos deles. Foi tido como o traidor de uma causa, que hoje é coberto pela capa brilhante dos mais ingentes heróis. Ao opinarmos sobre Amador Bueno, nós, que somos paulistas da Capital, o fazemos sem paixão. Se não tivesse “traído” uma causa que tinha, no momento, todas as circunstâncias necessárias para triunfar, nem por isso a empreitada teria tido sucesso pois, tão logo se estabilizou a situação das três regiões que poderiam opor-lhe resistência, viria o planalto a tombar sob o domínio delas e, então, quando da descoberta do ouro, seria aniquilado, talvez, por potências estrangeiras. São Paulo era muito jovem para ser livre. A Paulistânia estava relativamente bem, neste início da década 1640/50, e, no próprio conceito de suas reais possibilidades, nunca estivera tão bem com as finanças. Como consequência deste estado de coisas e como último episódio de monta, desta fase de bandeirismo de apresamento, tivemos a famosa guerra entre os Pires e os Camargos. Qual seria a sua razão? *Ellis Jr*, no livro “Capítulos da História Social de S. Paulo”, parece dar, sobre esta guerra, uma opinião que aceitamos. Diz ele que os paulistas tinham muito armamento e, como a decadência do comércio de apresamento fora rápida,

este armamento ficou sobrando na vila de Nóbrega. Como o bandeirante não sabia como gastá-lo, teria começado a matar seu próprio conterrâneo. Achamos impossível esta afirmação, julgando, isto sim, que, em virtude da autonomia Planaltina, entenderam seus habitantes ter chegado a hora de constituir seu próprio governo — e disto dá testemunho a aclamação de Amador Bueno —, sendo duas as famílias que se julgavam capazes de exercer o poder. Os Pires e os Camargos. Ora, como o governo era um, a inimizade começou, pois, a existir, e dela até a guerra foi um passo. Rebater os pontos, em que se baseia esse autor e o valor histórico de sua conclusão e sua precisão literária, não nos parece difícil. O comércio de apresamento não estava, ainda, em decadência. A invasão batava ainda existia, assim como reduções jesuíticas, além fronteiras conquistadas, e o mercado de consumo. Só não mais existia o meridiano de Tordesilhas, meridiano que, todavia, nunca foi respeitado e nunca o seria. O comércio não estava em decadência, pois havia uma expedição lutando em M'Bororé. Ora, se no ano em que estourou a guerra, os paulistas ainda estavam buscando escravos com ardor, isto simbolizava que o apresamento era um meio de vida lucrativo, neste ano. E mais, se a guerra estourou por esta época, é sinal de que a inimizade vinha de algum tempo, tempo este em que São Paulo também vivia do apresamento. A notícia da derrota paulista, em M'Bororé, apenas chegou a São Paulo após ter rebentado a guerra. Foi após esta derrota que começou o declínio, que iria lentamente se acentuando, até o fim do seiscentismo. Ora, esta luta, cujos primórdios datam das décadas 1630/40, não poderia ser uma consequência da futura e lenta derrocada planaltina, mas sim de uma situação

de pujança em que São Paulo dava-se até ao luxo de querer ser livre. Não foi, portanto, para gastar esse portentoso armamento que estes bandeirantes passaram a se matar, até porque era necessário para as investidas contra o sertão. O auge do bandeirismo de apresamento esteve entre os anos de 1603 e 1641, respectivamente, com as vitórias de Nicolau Barreto e com a derrota paulista em M'Bororé.

## **VI - QUEDA DO BANDEIRISMO DE APRESAMENTO E CONSEQUÊNCIAS**

O bandeirismo de apresamento, após a derrota paulista, começou a declinar e este declínio prolongou-se até os fins do século XVII, quando terminou por completo. Quais seriam as causas desta queda lenta, mas contínua, que abalou a economia paulista, a ponto de fazê-la mudar de orientação e atirá-la para tentativas de novos processos que pudessem sustentar o planalto? As causas foram quase as mesmas que determinaram o início do comércio de apresamento, apenas que, agora, levaram à eliminação delas. De fato, a derrota de M'Bororé parece ter sido o limite máximo da invasão a território estrangeiro, porque, desde então, voltando a vigorar o Tratado de Tordesilhas, voltaram a existir fronteiras. Assim, embora de há muito tivessem sido ultrapassadas pelos bandeirantes, estes não mais continuaram a conquistar novas terras, devido às dificuldades limítrofes, conservando como rotas de suas peregrinações, contudo, as terras conquistadas dos jesuítas. Assim, o meridiano de Tordesilhas, levado muito além de seu primeiro traçado, voltou a exercer influência, de agora em diante para sustentar as terras conquistadas. Ora, esta foi uma das causas

de diminuição do apresamento. Por outro lado, os estabelecimentos jesuíticos estavam esgotados. Tendo sido explorados de maneira muito brusca pelos paulistas, exauriram-se rapidamente. A estas duas primeiras causas, aliou-se uma terceira. Os flamengos foram expulsos do Nordeste e a importação do escravo negro surgiu novamente. Este foi sempre melhor trabalhador que o índio, razão pela qual teve preferência.

Enquanto os batavos dominavam, fácil foi a manutenção do comércio e da venda dos índios, pois, não havia concorrência, desde o momento em que a Holanda, em guerra com a Inglaterra, não permitia a vinda de navios ingleses ao Brasil. Expulsos, porém, os holandeses, o tráfico de negros voltou a existir, sendo essa mão-de-obra preferida à nativa. Conclusão lógica: mais um golpe no apresamento. Por fim, a quarta causa da decadência foi, sem dúvida, o começo da queda do açúcar, no Nordeste. Essa região que vencera São Vicente, na primeira batalha do açúcar, foi derrotada na segunda, pelas Antilhas. A razão? Sempre a mesma, a maior proximidade, ou melhor, por ser a rota Antilhas-Europa mais concorrida que a de Pernambuco-Europa, levando-se, ainda, em consideração a fácil adaptação da cana nos solos daquelas ilhas. Assim sendo, também a utilização de escravos era menor. Acabrunhado por todos estes fatores, o apresamento foi pouco a pouco diminuindo e, no final do século XVII, estava quase extinto. Todavia, o golpe de misericórdia foi a descoberta do ouro. São Paulo, encontrando, enfim, um meio de vida lucrativo ao extremo, abandonou qualquer outro e o apresamento, que nesta época não podia mais ser considerado como meio de vida, foi automaticamente esquecido. Vistas, portanto, as causas da queda do apresamen-

to, vejamos suas consequências. Antes, entretanto, julgamos necessário uma defesa da gente bandeirante, tão cruamente condenada pelo julgamento da posteridade mal informada. *Simão de Vasconcellos*, com seu raciocínio naturalmente empanado pela paixão de suas narrações sobre os planaltinos, foi, talvez, o homem que fez com que a crítica brasileira em peso atacasse nossos ancestrais, reputando-os cruéis, sem coração, bandidos, em uma palavra. Seriam bandoleiros, frios, amantes da tortura, adoradores do sangue e devotos da opressão, que do inferno saíram e para lá voltariam após cumprirem sua missão de povoar o mundo de maldade. Com estas idéias, conseguiu influenciar grande número de historiadores do século XIX, que imputaram aos bandeirantes grandes maldades. Com *Taunay* e *Alfredo Ellis Jr.* é que se passou a estudar em maiores pormenores, os fatos do bandeirismo de apresamento, sendo que os citados autores chegam mesmo a mostrar um reverso da moeda.

Somente a necessidade de “ter o que comer” levou o bandeirante a tal comércio, não tendo sido os planaltinos tão cruéis como retratados. Primeiramente, porque tinham interesse em conservar os braços que conquistavam e, em segundo lugar, porque os índios chegavam a procurar os bandeirantes. Temos o caso da bandeira de Sebastião Preto que, derrotada pelos jesuítas, quando já havia apresado novecentos índios, foi obrigada a deixar a preciosa carga e fugir. Após ter-se restaurado a paz entre os paulistanos, quinhentos gentios vieram espontaneamente reunir-se à bandeira. Se a escravidão era tão má, é de estranhar que os nativos tivessem, deliberadamente, procurado o próprio suplício. O bandeirismo de apresamento foi

uma necessidade, que trouxe benefícios a nossa terra. É evidente que não estamos defendendo a escravatura. Ela é sempre odiosa. No caso, todavia, o apresamento constituía uma escravatura “à moda planaltina”, com muito menor violência que a escravatura promovida por ingleses ou holandeses. Vejamos, pois, agora, as suas conseqüências, na maioria das vezes, louváveis. A primeira conseqüência foi a adjudicação de capitais ao planalto, com a vinda dos escravos para o Nordeste. São Paulo, que, como já visto no início deste trabalho, teve enorme dificuldade para sobreviver ao meio, encontrou, apenas, solução para sua pobreza, na busca de mão-de-obra, que trouxe os recursos necessários à sobrevivência dos paulistas. A segunda conseqüência foi a manutenção do nordeste açucareiro que, sem mão-de-obra barata ou, quando da invasão holandesa, sem o negro, não poderia produzir muito. Fatalmente, suas exportações diminuiriam, e talvez viesse a cair na mesma pobreza das demais regiões. A terceira, foi, sem dúvida alguma, o alargamento do território nacional para o sul e para sudoeste. A quarta foi o despovoamento indígena em extensos territórios da América, fator indiscutivelmente negativo. A quinta, foi a mestiçagem intensa, que serviu para americanizar a gente planaltina, que, na sua maioria, era formada de brancos. A sexta e última, foi o desbravamento dos territórios sul-americanos, tornando possíveis as colonizações posteriores. Assim se pode resumir o bandeirismo de apresamento, em suas causas, auge, queda e conseqüências.

## **VII - O PASTOREIO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**

O planaltino sentiu, com a queda do comércio de apre-

samento, a necessidade de buscar um outro meio de vida. A região, até então autônoma, foi obrigada a entrar em contato com a Metrópole para a compra de objetos necessários não fabricados no local. Ora, somente se compra com dinheiro, e este começou a desaparecer, obrigando o bandeirante a buscar um novo meio. O ouro voltou a ocupar sua mente e isto ficou bem demonstrado pela bandeira de Raposo Tavares e Luiz Pedroso. Enquanto não foi achado este ouro, o paulista foi, entretanto, obrigado a viver à custa de outras fontes. Foi nesta época que ele, por natureza um bravo, lançou-se a três empresas: 1) povoar novas terras de solo menos estéril que o do planalto; 2) por-se a serviço de outras capitanias, para plantá-las ou para servi-las militarmente e 3) dedicar-se ao pastoreio que começava a aparecer no Brasil. Não foi, contudo, apenas a necessidade de encontrar um novo meio de vida que obrigou o povo paulista a dedicar-se a tais atividades. Devemos acrescentar as razões humanas e as demográficas. Em virtude da pobreza da região planaltina, tornava-se difícil até desenvolver a agricultura e o pastoreio. É interessante notar-se que as três empresas redundaram em uma, o pastoreio, pois aqueles que foram para novas terras desenvolver atividades agrícolas tornaram-se criadores de gado, atividade que acabou por se sobrepor. Os que se foram pôr a serviço de outras capitanias, também terminaram se dedicando ao pastoreio. Assim sendo, podemos dizer que, após o apresamento, esta atividade passou a predominar. Inúmeros paulistas saíram do planalto com família e escravos em busca de novas terras. Francisco Dias Velho, Baião Parente, para Santa Catarina; Brito Peixoto para o Rio Grande do Sul; Rodrigues Arzão e Manoel Lobo para a colônia do Sacramento;

Domingos Jorge Velho para o Piauí. Foi, porém, para o vale do S. Francisco que se dirigiu a maioria dos paulistas deste ciclo de pastoreio, como Matias Cardoso de Almeida, Antonio Gonçalves Figueiros, Manoel Álvares de Moraes Navarro, José Amaro Maciel Parente, etc. Por que esta preferência? Por uma série de fatores que Aroldo de Azevedo classificou: 1) natureza do relevo, constituído por planaltos erodidos e por chapadas; 2) rede de drenagem repleta de rios navegáveis e apresentando fácil comunicação entre as bacias; 3) natureza da vegetação, com suas formações abertas (caatingas); 4) inexistência de cercas na delimitação das propriedades, em virtude da dificuldade na obtenção do arame, o que dava ampla liberdade aos rebanhos; 5) a presença do sal-gema, nos barreiros da região; 6) a existência de um mercado consumidor certo, no Nordeste, sempre receptivo a carnes e couro, necessários a sua população e a sua indústria; 7) a colaboração do indígena, que se adaptou muito bem à atividade pastoril. Esta época chegou-se a formar, como diz *Capistrano de Abreu*, “o ciclo do couro”, ao qual os paulistas, entretanto, não aderiram totalmente. Os que não se dedicaram ao pastoreio continuaram a apresar, levando, porém, sempre esperanças de encontrar o ouro. Nota-se, desta forma, que a criação de gado tornou-se a alternativa de renda plausível, mas pressentia-se que bastaria a descoberta do ouro para que fosse abandonada. E assim, aconteceu. Descoberto o ouro, caíram os paulistas sobre o precioso metal e, com eles, o resto do País e grande contingente de estrangeiros, terminando, dessa forma, para o bandeirante, o ciclo do pastoreio.

Quais foram as conseqüências do bandeirismo?

A conseqüência principal foi a de povoar com brancos as

regiões que o bandeirismo de apresamento despovoara de índios. Tirante os aspectos sanguinários da conquista, foi tão benéfico este povoamento quanto o bandeirismo, pois a ele devemos a consolidação nacional, além de ter propiciado a criação e manutenção de uma fonte de renda aos planaltinos que, assim, não pereceram à míngua, podendo, portanto, persistir na busca do ideal de mais de século, ou seja, a descoberta do ouro.

### **VIII - O OURO NAS GERAIS - CAUSAS E DESCOBERTAS**

O pastoreio, se bem que fosse um meio de vida lucrativo, não conseguiu concentrar, na sua exploração, toda a população paulista. Muitos continuaram apresando o indígena, apesar de este apresamento esconder a busca incessante pelo ouro. O paulista ia em busca do ouro, não o encontrava e, para não perder a viagem, trazia índios. O apresamento estava, porém, em vias de terminar e, assim, uma vez mais a miséria pairava sobre a parcela da população paulista que não se dedicava ao pastoreio. Novamente a economia estava levando o paulista a procura de um meio de vida e esta miséria só poderia ser solucionada com a descoberta do ouro. Além desta causa econômica principal, houve ainda motivações humanas e geográfica, sendo que esta última (Tordesilhas) não mais exerceu tanta influência. A quarta e última causa do bandeirismo nesta fase foi a cobiça portuguesa incitando, prometendo, decretando honrarias aos possíveis descobridores de minas. Assim, paulistas fortes e simples, em vista das honrarias — pois mesmo monarcas como Afonso V e Pedro II tinham escrito de seu próprio punho cartas

incentivando-os — e das promessas, com redobrado ardor atiravam-se em busca de riquezas. Fernão Dias Pais, Borba Gato, Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera, Garcia Paes, Bartolomeu da Cunha, foram exemplos desta época de procura do ouro. O ponto inicial do ciclo aurífero no Brasil deu-se, contudo, com Antonio Rodrigues Arzão e Bartolomeu Bueno da Siqueira (1693, nas Gerais). Deste momento em diante, Portugal e Brasil viveram de uma só fonte: o ouro. Com a descoberta do ouro pelos paulistas, grande massa imigratória deixou Portugal e as demais regiões do Brasil para encaminhar-se para as Gerais, onde o precioso metal fora descoberto. Chegando lá, entravam em choque com os legítimos donos da terra, que eram os paulistas. Destes choques sucessivos estourou a famosa guerra dos Emboabas, de trágicas consequências para os paulistas. Vejamos suas causas e consequências: A primeira causa nos parece ter sido a Carta Régia, segundo a qual as terras auríferas descobertas seriam de propriedade de seus descobridores. A segunda causa foi a diferença étnica de paulistas e emboabas. Aqueles, mestiços, falavam, como diz *Ellis Jr*, ora tupi, ora Guarani e, sendo assim, havia choques. A terceira causa foi a estruturação social dos paulistas, assoberbados pelos autógrafos reais da Metrópole e oriundos de uma gente de valorosos lutadores, que não se adaptava à plebe reinol, ávida por aventurar-se em nossa terra. A quarta causa foi a mentalidade acrioulada do paulista que, em virtude do seu isolamento, criou grande amor à terra. Analisadas as causas, passemos a seu desenvolvimento. Duas perguntas surgem: a) por que os nordestinos foram contra os seus patrícios? b) por que ganharam, os emboabas, tão rapidamente a guerra? À primeira po-

demos responder dizendo da falta de unidade que sempre houve entre os brasileiros. Assim, o nordestino era um intruso como qualquer outro. Quanto à segunda, uma série de razões nos faz pensar nas seguintes possibilidades: 1) a proporção de emboabas para os paulistas era de 100:1 (Ellis Jr., *Paulistânia e o ouro*) pois aos mil planaltinos que para lá seguiram, na primeira década do XVIII, corresponderam 100.000 luso-nordestinos. Haveria, ainda, que contar os índios, mas estes não exerceram grande influência; 2) a ajuda governamental aos lusos (Lancaster e Albuquerque); 3) a facilidade com que se satisfizeram os dirigentes paulistas com as condições ofertadas pelo reino para que abandonassem a idéia de reivindicar seus direitos nas Gerais. Tais condições foram: primeiro, a elevação da vila de S. Paulo a cidade; segundo, a reintegração dos paulistas nas posições primitivas das Gerais; terceiro, a criação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Enfim, os paulistas, tocados no seu amor próprio, sentindo, ainda, a dificuldade de uma tomada total das minas, preferiram o certo pelo incerto, depois de uma chegada à ponta do morro — onde sob as ordens de Luiz Pedroso de Barros, tiveram moralmente as desforras do Capão da Traição e da Batalha da Cachoeira do Campo. Todavia, esta situação criou para eles uma situação de dubiedade. Reintegrados nas minas, com a moral levantada e com apoio do governo, devido às lutas anteriores e ao seu espírito de nobreza nativista, nunca voltaram, entretanto, a dar-se bem em tais regiões. A verdade é que os paulistas continuaram a entrar em choque, por alguns anos, com os emboabas, porém, com pequenas conseqüências. A maioria dos paulistas preferiu procurar, todavia, o ouro em outras regiões. Iniciaram suas

buscas em Mato Grosso e Goiás. Para lá foram Pascoal Moreira Cabral Leme, Fernão Dias Falcão, Antonio Pires de Campos, o moço, para o Mato Grosso; Bartolomeu Bueno da Silva e Raposo para o sul da Bahia. Em 1718 surgiu ouro em Cuiabá e para lá partiram os paulistas restantes. Em 1722, o segundo Anhanguera descobriu ouro em Coxipó e, desde então, Mato Grosso e Goiás tornaram-se centro das monções. Os índios da região, os Paiaguás, entraram, neste ano, em ação, mas graças à interferência de Gabriel Antunes Maciel, que os venceu em 1733, e mais tarde à derrota que sofreram diante dos paulistas, em Corumbá, a região foi por eles abandonada. A gente que saía de São Paulo em busca das minas de ouro lá ficava, e, misturando-se a gente do lugar, tornou-se sedentária, dando origem aos mineiros, matogrossenses ou goianos. A gente que saía para o pastoreio também criou raízes em suas fazendas. Ficou, pois, São Paulo, pouco habitada em relação à sua já pouca densidade populacional anterior. Foi nesta época que se sentiu uma desvirtualização do povo bandeirante que se acentuou durante um século, para que fosse debelada, após, com o ciclo do café. Esta desvirtualização chegou ao cúmulo com a Carta Régia de 1748, quando o povo planaltino, além de perder São Paulo, Mato Grosso e Goiás, caiu sob o domínio do Rio de Janeiro, conservando-se 17 anos nesta humilhante situação. A que devemos esta triste decadência do altivo espírito da belicosa e nobre gente bandeirante? Julgamos que: 1) à imigração dos paulistas em busca de meios de vida que não lhes oferecia o planalto, e a sua estabilização nos territórios que encontravam, na busca destes meios. Todavia, o espírito bandeirante não decairia se os que ficaram tivessem o valor dos que partiram.

Porém, somente os bravos, destemidos e audazes, deixavam o planalto, pois só estes tinham forças para enfrentar o sertão. Os mais tímidos, menos ambiciosos, menos nobres, foram os que ficaram. Os que partiam, dificilmente voltavam. São Paulo ficou, assim, com uma população desfibrada, sem patriotismo, sem valor. E, pensamos, foi esta seleção regressiva — como já acontecera em Portugal após AlcacerQuibir — a primeira grande causa. A segunda, foi a aproximação de Portugal numa tentativa aberta de exterminar a altiva gente do planalto. São Paulo, que até então, obedecia as próprias leis, principiava a sentir a proximidade portuguesa, agora que Portugal, descobrindo as minas, tinha interesse em explorá-las ao máximo. Ora, a gente paulista procurou defender seus direitos e continuar a viver livremente, mas assim não pensava o rei. O eixo econômico brasileiro foi mudado da Bahia para o Rio, que passou a ser a Capital. Esta proximidade foi um empecilho às pretensões paulistas. O apoio dado pelo governo aos intrusos diminuiu a força dos bandeirantes. A nomeação de governadores reinóis talvez tenha sido a segunda causa, pois estes perseguiram e exterminaram heróicos paulistas, como D. Rodrigo de Menezes mandando matar os irmãos Leme e deixando morrer à fome o segundo Anhanguera. Nesta situação, o planalto não poderia manter o velho espírito livre e, ao intenso brilho de dois séculos, sucedeu esta inércia que perdurou um século.

## **IX - A QUEDA DO OURO E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

Descoberto o ouro, imensas massas de imigrantes de to-

das as partes do mundo e de outras partes do Brasil chegaram às regiões auríferas, começando o povoamento e tornando-se sedentárias. Viveram, porém, apenas deste ouro pródigo do Brasil. O apogeu do ciclo foi atingido em 1760. Daí por diante começou um declínio rápido, tão rápido que, nos fins do século, a região quase nada produzia. A população das minas começou a dedicar-se, então, à agricultura. Inúmeras foram, contudo, as consequências que nos deixou este ciclo. A primeira foi o povoamento das regiões além Tordesilhas. A segunda, foi o fim completo do bandeirismo. A terceira, o desbravamento de territórios sul-americanos. A quarta — maléfica para nós — o enriquecimento de Portugal e Inglaterra, o que possibilitou a era da máquina. Quinta, a perda da independência do planalto, independência esta que durou dois séculos. Sexta, a desnacionalização da psicologia colonial, retardando muito a independência do Brasil. Os portugueses aqui chegados tiraram aquele sentimento nacionalista que se formava entre nós. A sétima, a centralização do Governo brasileiro, havendo, daí por diante, uma unidade dos três blocos que existiam; o nordestino, o pastoril e o planaltino, vivendo cada um separadamente. Estes blocos, se bem que se ajudando, mantinham, todavia, meios de vida, idéias governamentais e interpretações patrióticas diferentes. Eram enfim, três nações distintas, unidas pela mesma língua e religião, originadas do descuido da Metrópole. O ciclo do ouro no Brasil atrasou a independência, não trouxe benefícios ao país, mas conservou íntegro o seu território.

## X - DO CICLO DO OURO ATÉ 1952

Do século XVIII para o XIX houve um colapso econômico motivado pela falta de um produto base e o Brasil, em geral, sofreu as conseqüências disto; o País passou cerca de três ou quatro décadas sem um produto base, situação que se agravou sobremaneira em 1821. É verdade que a expansão paulista, em demanda às Gerais, ainda se realizava, porém não com a mesma intensidade do início do século. O choque que os paulistas tiveram com os espanhóis do sul, dos sete povos das missões, e a luta pela posse definitiva da colônia do Sacramento, foram os últimos lances épicos do bandeirismo paulista. O expansionismo paulista deixou agora de ser feito pelas bandeiras, para ser feito pelos pacatos criadores de gado em demanda de pastos para suas reses, já que as condições naturais do planalto para isso não se prestavam. Tentou-se substituir uma fonte de riqueza decadente por uma nova e promissora. Enquanto se lançavam em direção aos campos do Planalto Central, um produto agrícola sem significação econômica no momento fêz sua introdução no Brasil: o café (*Coffea arabica* e *Coffea liberica*). Vindo de terras africanas, alcançou a América no início do século XVIII, quando começou a ser cultivado nas Antilhas. Levado para a Guiana Francesa (Caiena) graças, segundo alguns, a Francisco Palheta, foi introduzido no Brasil, primeiramente no Pará, Maranhão, Bahia e Rio de Janeiro, na qualidade de planta ornamental, e, finalmente, em território paulista, no fim do século XVIII, deixando de ser planta exótica de quintal, para tornar-se o esteio econômico da terra bandeirante, e, em poucas décadas, do Brasil. (A economia paulista desta época

tornou-se o sustentáculo da economia nacional). Sua expansão processou-se em direção a Minas Gerais e Espírito Santo, penetrando em seguida em terras bandeirantes, sendo que, o vale do Paraíba e a região de Campinas — mais tarde a de Ribeirão Preto e circunvizinhanças — tornaram-se as regiões de maior significação. Este produto, em menos de 100 anos (1821 — 16% de nossa exportação, 1852 — 50% e 1889 — 67%) propiciou aos paulistas, enfraquecidos moral, espiritual e economicamente, um ressurgimento de grande significação, cujos efeitos ainda hoje, se bem que com menor intensidade, sentimos.

Quase toda — para não exagerarmos dizendo toda — grandeza de São Paulo repousou neste ciclo, chamado muito propriamente ciclo do café. Foi, indubitavelmente, o maior ciclo econômico que atravessamos, pois sua influência não se restringiu aos limites estatais, mas foi além, propiciando ao Brasil inteiro um grande desenvolvimento cultural, econômico, industrial, artístico ... Como a mineração, o café foi a mola propulsora de diversos e importantes acontecimentos históricos; aparecimento de cidades e de uma admirável civilização material, com palácios, igrejas, chafarizes, pontes, que, ainda hoje, lembram a magnificência deste período. Foi a época decisiva para o desenvolvimento da colônia. Verdade que, de 1800 até a queda de D. João, a situação da província era frágil. A falta de estabilidade econômica agravou mais e mais os problemas internos. A volta da corte, levando parte do tesouro nacional, deixou o Brasil em dificuldades. A independência do país, feita durante essa época crítica, ocasionou imensas dificuldades ao primeiro Imperador e inexperientes regentes. Diz *Nelson W. Sodré* “o Brasil atravessou uma das maiores crises econômicas

de sua história. No tumulto das insurreições temeu-se pelos dias a vir. Uma agitação tremenda alastrou-se por toda parte”.

Nem todas as províncias receberam com entusiasmo a proclamação da independência; algumas, como Bahia, Maranhão, Pará e Cisplatina, resistiram, pois a influência portuguesa era grande. A organização de um exército e de uma marinha permanente tornou-se vital para manter o prestígio do jovem e inexperiente príncipe. O auxílio de estrangeiros foi solicitado (ingleses), assim como tentou-se reunir, nas províncias, simpatias à causa da independência, alguns homens que fizessem frente aos reinóis, do dia para a noite, transformados nos piores inimigos da nova nação.

Em São Paulo, necessariamente teatro do grandioso acontecimento, a independência foi acolhida com entusiasmo e o sentimento de pátria pareceu reviver, depois de vários anos de indiferentismo. O paulista associou-se aos festejos da independência à Pátria, como nunca o fizera, a não ser em ocasiões raríssimas. Identificou-se com o Brasil. Foram os paulistas graciados pelo Imperador com várias benfeitorias. D. Pedro, formoso, ardente, audaz, varonil, afeito às durezas e intempéries, era perito em todos os exercícios e montava admiravelmente. Era um impulsivo, capaz de praticar feitos extremos de heroísmo e generosidade, por vezes também suscetível de cair nos extremos opostos. Hábil e inteligente. Sovina e pródigo. (Calógeras, *“Formação Histórica do Brasil”*). Pródigo, deu à capitania de São Paulo, um curso jurídico (11.8.1827) e uma porção de restrições e arbitrariedades. As paixões políticas, os casos pessoais foram, durante o seu reinado, colocados acima dos grandes objetivos, a formação da pátria. Os Andradas com

“Sentinela” e “Tamoio”, fizeram-lhe frente e atacaram o governo. Pamplona foi atacado por reinóis, tropas mobilizaram-se causando uma atmosfera desagradável, uma tensão sem limites, temores confusos e desesperançados. A carta outorgada não satisfez a ninguém. A abdicação foi uma exigência dos brasileiros conscientes. Libero Badaró, liberal consciente, foi assassinado.

D. Pedro abdicou.

A regência trina tateando foi empossada. Passou D. Pedro as rédeas do governo, impossibilitado de atenuar os efeitos do desequilíbrio econômico do País. Fugiu à falência do Banco do Brasil. Resolvessem como quisessem ou pudessem os seus problemas, os brasileiros. Só um milagre poderia salvar o Brasil. Os partidos políticos atacavam, às vezes com precipitação. Os Chimangos, (Feijó, Evaristo da Veiga), Caramurus e Jurujubas se digladiavam sem resultado prático, ameaçando ainda mais a desintegração territorial. Só a maioria, antes do limite constitucional resolveria. Assim, acreditavam os Andradas remanescentes (Antônio Carlos, Martim Francisco), Paranaguá e outros.

Pelo ato adicional, com menos de 15 anos subiu ao trono brasileiro o seu segundo monarca — D. Pedro II — esperança de muitos, pois as regências, governos provisórios que eram, não possuíam a energia precisa ou coisa que se comparasse com a força ingênita dos detentores constitucionais e permanentes. Eram dependentes de eleições e, por esta razão, auxiliavam e protegiam as ambições alheias e aguçavam rivalidades. O Ato Adicional, por suas faltas intrínsecas e redação dúbia, estimulava as exigências provinciais e invasões nas atri-

buições imperiais. Paralisavam-se a administração e trabalho, as leis gerais foram ab-rogadas pelas províncias. A secessão era o perigo oculto que homens da tempera de Feijó e Bernardo Vasconcelos tentaram e conseguiram sustar, fortalecendo o poder central. As províncias, pouco a pouco, foram sendo pacificadas; a esperança de calma e tranquilidade foi crescendo e a política interna melhorou. Em São Paulo, modificações administrativas importantes foram realizadas; o Paraná separou-se e a província foi reduzida e um pouco mais de 290.000 quilômetros quadrados, com uma população de 400.000 habitantes entre brancos, negros e mamelucos. São Paulo progrediu. A agricultura contava com mais de 60.000 braços e o café atraiu imigrantes internacionais. Começou a surgir, ao mesmo tempo da independência econômica, a independência intelectual, iniciada com o indianismo e americanismo nos versos e na prosa, e continuada com o movimento romântico de Álvares de Azevedo e outros.

O movimento de 1842 tinha sido sustado porque o governo imperial agira com presteza e energia, e a coluna libertadora de Sorocaba fora derrotada em Venda Grande. Feijó foi preso, Teófilo Otoni derrotado em Santa Luzia. No espírito propenso à generosidade do imperador, agiu Caxias aconselhando compreensão e generosidade. A anistia foi declarada e a província novamente conheceu alguns anos de paz e tranquilidade, e pode dedicar-se ao trabalho. O golpe que reduziu a província fora rude, pois, separou uma parte produtiva. Porém, com o cultivo do café e algodão, São Paulo foi se tornando o centro econômico de maior importância. E já se cogitava, nessa época, de melhores pontos importantes que colocassem São Paulo

em contato com o mar, permitindo maior expansão e relações com outros mercados já bastante interessados nos produtos da província, principalmente no café que o braço escravo, aliado a uma terra boa e fértil levaram aos primeiros postos do mercado internacional. A estrada de ferro São Paulo Railway, construída com capital estrangeiro, aumentou as possibilidades da região e o telégrafo colocou São Paulo em contacto com os centros europeus. São Paulo progrediu e o Brasil progrediu. Os voluntários levaram até o sul o nome da província que até uns anos antes era a mais insignificante e a menos produtiva da Nação. Partidos políticos foram fundados a granel, na província, variando desde os conservadores, aos liberais exaltados; os republicanos, influenciados pelo ambiente europeu, não tardaram a aparecer. São Paulo, dotada de riquezas excepcionais, com um clima ameníssimo, começou a aparecer como centro de atração para as populações atormentadas da Europa, principalmente as das regiões mediterrâneas, que vieram aumentar a população branca da capitania, ao mesmo tempo que substituíram o escravo, na lavoura principalmente. A imigração européia, depois da não menos importante, de procedência africana, constituiu um dos mais significativos temas de nossa história econômica, dada sua estreita vinculação com os problemas agrários. Esta corrente se avolumou a partir de 1875, após alguns países do norte terem atingido uma fase de saturação emigratória, pondo em prática restrições, como, por exemplo, os Estados Unidos, facilitando o acesso ao nosso país. Além da parte ativa que desempenharam na cultura cafeeira da província (máquina, racionalização da cultura), os europeus entregaram-se a outros setores de atividade, contribuindo para o progresso

econômico-cultural do império, principalmente do Brasil. De 1860 a 1868 nada perturbou a vila piratiningana. Trabalhou-se e produziu-se. Finda a Guerra do Paraguai, começaram a aparecer manifestações anti-escravagistas, participando delas, entusiasticamente, alguns dos maiores vultos da literatura e da intelectualidade paulista da época, que em verso e prosa brilhantes impressionaram a opinião pública. Em 1871, festejou-se a lei do Ventre Livre, que não satisfez os líderes do movimento: Castro Alves, André Rebouças, Patrocínio José Mariano, Paula Ney, Ruy e outros. A solução definitiva não admitia delongas e o gabinete conservador de João Alfredo promoveu a votação da Lei Áurea. Sua assinatura pela Princesa Isabel, em 13.5.1888, pôs fim a uma luta épica, desenrolada durante toda a vida do Brasil-Império, nela havendo tomado parte elementos de grande projeção social, os quais não titubearam em contrariar interesses materiais evidentes, da própria nação, de vez que estava em jogo uma questão moral da mais alta relevância — a libertação da classe escrava que, por mais de 300 anos, foi o esteio econômico lusobrasileiro. Em 1889 já se faziam sentir os efeitos desse passo precipitado. São Paulo sofreu uma derrocada econômica e a situação foi de verdadeiro pânico, o que levou os paulistas a se empenharem a fundo na campanha republicana. O Império se mostrava incapaz de resolver os problemas nacionais e sua estabilidade estava definitivamente comprometida. Os republicanos, com suas hostes aumentadas pelo afluxo de fazendeiros enfurecidos pela perda de seus escravos, fizeram o máximo de seus esforços e aproveitaram-se de todos os fatores de desafeição imperial (Conde D'Eu, questão militar, questão religiosa). A oficialidade sofreu grande influência republicana

por intermédio de Benjamin Constant Botelho de Magalhães. O ministério que sucedeu João Alfredo, tentou salvar a monarquia com um programa progressista e de grande oportunidade. Porém, Ouro Preto assumiu o governo em ocasião desfavorável e atribuíram-lhe o propósito de querer substituir o exército pela Guarda Nacional, e isto, aliado a outros fatos, assumiu aspectos de ofensa à honra e integridade das forças armadas, acelerando o movimento. O golpe de força foi preparado. Grandes militares o apoiaram, e procuraram antecipá-lo, proclamando-se a República, em 15.11.1889. Neste golpe, teve papel destacado grande número de paulistas, sobressaindo Campos Saltes, que tomou parte no Governo provisório. O reconhecimento da República processou-se rapidamente, solicitando-se aos governos estrangeiros, além do reconhecimento, a manutenção das relações de amizade. A reação no estrangeiro foi variada. Os americanos a receberam com entusiasmo, as potências européias com desconfiança e surpresa, atitudes estas que o Governo provisório tentou atenuar, declarando reconhecer e acatar todos os tratados e compromissos nacionais contraídos pelo Governo anterior. Esta declaração foi prestigiada pela maneira pacífica com que os acontecimentos se desenrolaram. O governo interno não interpretava uma ideologia, senão todas as correntes que àquele tempo dominavam o liberalismo. Deodoro, sem nada entender de política, pensava e agia como austero comandante; impulsivo, violento, magnânimo, empírico, desconfiado destes e daqueles: demagogos e ortodoxos. Seus ministros ficaram deslocados. Ruy daria um bom ministro ...mas da Justiça, não da Fazenda.

Benjamin Constant ótimo como ministro da educação ...

nunca da guerra. Este gabinete, heterogêneo, disparatado, foi notável como legislador, e as reformas foram se sucedendo dia a dia. Em 24.2.1891 Deodoro foi eleito presidente, com autoridade ampla, quase absoluta; renunciou em 23.11.1891 entregando o poder ao Marechal Floriano Peixoto, o consolidador da República, que governou nesta fase difícil com grande habilidade e não, como querem alguns, "ditatorialmente e discricionariamente". O apoio que sempre recebeu dos Estados, principalmente dos mais importantes, da Esquadra e do povo, revelaram que esta crítica a seu governo não tem razão de ser.

Nesta época, ainda toda economia planaltina, bem como a nacional, era baseada na produção agrícola. O volume de produção necessário para satisfazer os mercados estrangeiros tinha que ser aumentado — e realmente foi aumentado. Porém, a superprodução era apenas aparente. Cultivava-se quantidade e não qualidade. Basta lembrar que o mercado paulista de café (nesta época o primeiro do Brasil) apresentava toda sua mercadoria classificada como tipo 7, café de baixa qualidade, que serve de mistura a outros, oriundos da Colômbia, Jamaica e Java. A produção visava apenas à quantidade e mesmo a valorização forçada, nada ou quase nada, melhorou a situação do mercado. As condições do mercado externo ainda nos eram favoráveis do ponto de vista material, e esta situação continuou até 1906, quando houve a crise de superprodução, que arruinou milhares de fazendeiros paulistas, ocasionando primeiro colapso econômico verdadeiramente importante, depois do encilha-mento dos governos anteriores. Nesta ocasião, o que atenuou um pouco a crise econômica do sul foi a orientação dada pelo Governo Federal, que adotou uma política de sa-

neamento das finanças iniciada por Campos e continuada por Joaquim Murinho, considerado como Quesnay, na França, “o médico financeiro da jovem República Brasileira”. O sul conheceu, neste período (1899-1910), uma fase de franca restauração econômica. São Paulo tornou a progredir, e reflexos dessa época foram os melhoramentos que se vêem na cidade: o Museu Paulista, o bonde elétrico, a Estrada de Ferro Noroeste, a Academia Paulista. Os presidentes paulistas se sucederam: Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves. São Paulo passou de uma modesta cidadezinha do começo do século, a uma cidade de 340.000 habitantes e, em 1914, o Estado tinha uma população de mais de 3.000.000 de habitantes. Um fato internacional vem novamente repercutir na economia planaltina, ocasionando uma crise econômica, política e social — a Guerra 1914-1918, que afetou bastante nosso comércio externo e, conseqüentemente, a arrecadação dos tributos alfandegários, o que obrigou o governo de Hermes da Fonseca a recorrer a um segundo *Funding Loan*, em 1914 (o *Funding Loan* é o recurso de suspender, mediante acordo com os credores, o pagamento da dívida externa, cuja amortização seria iniciada depois de certo período, naturalmente, com prejuízos para a nação que o pede), sendo suspensas as dívidas até 1927. Para ilustrar, basta dizer, em 1914 a receita da União sofreu uma queda equivalente a 35%, que se manteve mais ou menos inalterável até 1919, e obrigou Wenceslau Braz a recorrer ao crédito interno, emissões de apólices e emissão do papel moeda sem lastro suficiente. A situação melhorou novamente em 1920, com a ascensão do preço do nosso produto rei (café), porém, nesta ocasião, as conseqüências dos fatos anteriores se fizeram

sentir, e o mal-estar se manifestou através de movimentos armados, 1922 no Rio, 1924 em São Paulo, comandado este último pelo Gal. Izidoro Dias Lopes. Esta revolta teve início com a tomada de São Paulo pelos revoltosos. Ameaçados de cerco pelas tropas oficiais, retiraram-se para o interior, unidos a grupos riograndenses, resistindo por muitos meses. A situação em São Paulo era de inquietação e desassossego, agravada pelas crises que se sucederam, pelas fraudes que o governo federal, sem visar a interesses corporativos, praticava.

Aliás, poderíamos aqui, generalizar. O ambiente nacional, em 1930, que era de descontentamento geral, devido à crise econômica, propiciou golpes e negociatas, tanto que o presidente do Rio Grande do Sul, com o apoio de Minas Gerais e Paraíba, conseguiu depor o presidente da república, Washington Luiz, em apenas 21 dias, quando faltavam 21 dias para terminar o seu mandato, impedindo a posse do paulista Júlio Prestes, reconhecido pelo Congresso Nacional como o presidente para o quadriênio 30/34. O governo foi confiado, então, a Getúlio Vargas, opositor de Júlio Prestes e derrotado no pleito.

A situação de São Paulo era grave. Os paulistas, em face dos acontecimentos, reclamaram uma constituição, reivindicando para si o direito de eleger seus dirigentes. O novo governo, encontrando uma situação política confusa, novas idéias, crise econômica e financeira, não conseguiu acalmar, nem solucionar o caso paulista. Medidas foram tomadas para tanto, porém, sem sucesso. O Partido Democrático rompeu com Getúlio e a Frente Única foi formada. Em São Paulo, a tensão agravou-se com a questão de limites com Minas, na qual o governo federal tomou posição a favor de Minas. Getúlio tentou

amedrontar os paulistas. Afirmando, caso o movimento não cessasse, que usaria força. Porém, nada conseguiu. Em 9 de Julho, estourou a Revolução Constitucionalista, em que São Paulo se empenhou a fundo. Era a Revolução do Estado, e não de um grupo de oportunistas e comerciantes. A consciência do Ideal da revolução foi uma das grandes páginas da História Paulistana. Nele embrenhou-se o paulista, como séculos antes o fizera, nas matas virgens do Brasil por explorar, destemidamente, arrojadamente ... quase que sozinho.

O paulista não conseguiu levar adiante seu ideal, porém lutou e muito, e nunca um lutador aguerrido pode e deve considerar-se vencido. Subjugada a revolução, aparentemente voltou a calma, e a dedicar-se ao trabalho. São Paulo progrediu. Serenados os ânimos, São Paulo pediu ao governo federal um governo paulista, sendo empossado, então, Armando Salles de Oliveira. São Paulo começou, com a rápida industrialização e um comércio ativo, a projetar-se no cenário nacional e internacional e, em 1935, consegue a revisão do tratado de limites com Minas, resolvendo, desta feita, favoravelmente. A capital, com mais de um milhão de habitantes, era o maior centro industrial da América Latina.

Armando Salles, porém, candidato democrata a presidência da República, foi deposto e o ambiente tenso imperou, quando a nação toda foi submetida ao Estado Novo, após ter passado pela experiência comunista e integralista. As arbitriedades, comuns a todas as ditaduras, fizeram-se sentir, principalmente em São Paulo. A luta armada, que envolvia a Europa desde 1939, repercutiu no Brasil. São Paulo apoiou o governo federal e uma força expedicionária paulista cobriu-se

de glórias na Itália. Em 1943, reinou insegurança em São Paulo. O ditador caiu em 1945 (29 de Outubro), as eleições foram realizadas num ambiente de grande entusiasmo, quase democrático. A nação, quinze anos tolhida, respirou uma atmosfera de grande emoção e grandes esperanças. A assembléia foi convocada, e dela surgiu uma Constituição (1946), falha, cheia de erros, às vezes graves e indesculpáveis, mesmo para um povo inexperiente e recém-libertado.

O governo empossado, títere ainda do ditador, não correspondeu às justas aspirações do povo “os grandes interesses pessoais foram tratados em detrimento dos pequenos problemas nacionais”, oferecendo grande campo à propaganda de ideologias estranhas. Em 1950, as eleições levaram novamente ao poder o Dr. Getúlio Vargas, que habilmente se aproveitou da tensão existente e pode fazer paralelos entre o seu e o governo que o sucedeu. Mereceu, da parte dos paulistas, uma certa hostilidade. São Paulo tinha progredido muito nos últimos 50 anos. Até a metade do século XIX, éramos um Estado que vivia unicamente da agricultura e do trabalho escravo. Nos últimos tempos do império, paulistas ilustres, homens de visão, com a abertura de bancos, empresas de navegação, de seguro, estradas de ferro, contribuíram notavelmente para aproveitar e valorizar nossas riquezas, e o interior, região das mais ricas, graças ao café. Enche-se São Paulo de fábricas e hoje somos o primeiro estado industrial, não só do Brasil como também da América Latina, embora não possamos desprezar o valor de nossa agricultura e pecuária. Nosso progresso material foi grande, no último século. Refletiu-se no intenso movimento de nossos portos, nos monumentais arranha-céus, majestosas

avenidas e praças de nossa capital, assim como em melhoramentos e realizações de toda ordem. O aproveitamento total de todas as nossas riquezas, em benefício da causa comum — o bem do Brasil — depende não de um patriotismo de palavras, mas do verdadeiro, que leva os jovens a desenvolverem ao máximo sua capacidade, no sentido de melhor organizar o nosso povo, e de aumentar a quantidade e qualidade de nossa produção, dentro de um ambiente de trabalho, justiça e concórdia, tarefa esta que São Paulo, célula mater do Brasil, sempre procurou levar a bom termo.



## GUILHERME DE ALMEIDA E A REVOLUÇÃO DE 32

O vate de São Paulo em luta desigual  
Bradou aos seus heróis o cântico de guerra  
Da tirania desvendou o grande mal  
Em versos que marcou pra sempre sua terra.

Apesar da derrota o grito fez história  
E a palavra obrigou o rude ditador  
Gerar a Lei Suprema de feliz memória  
Regada pela nossa gente em sangue e dor.

O lírico Guilherme descobriu a venda  
Da falsa tirania em épico poema  
E tornou-se imortal, um príncipe, uma lenda

Ao combater o triste e federal sistema.  
Ó bardo, que cantaste as nossas treze listas,  
Vives no coração de todos os paulistas.

Ives Gandra da Silva Martins

N.B.: Soneto alexandrino lido na Câmara Municipal quando recebi o Colar Guilherme de Almeida.



*História de São Paulo*, Ives Gandra da Silva Martins.

Trabalho escrito em 1952 e agora republicado.

Produção editorial de *Giordanus* para o selo *Pax & Spes*.

Tiragem de 500 exemplares fora do comércio.

Primavera de 2025.

São Paulo.

cronológica. Mas o espírito da mocidade, o entusiasmo pela nossa gente e o desejo de, com boa vontade — boa vontade que talvez seja o único valor do trabalho — concorrermos a tentativa de soerguimento da história paulista entre os jovens foram que nos levaram a aventura da feitura, não de uma simples relação dos fatos ocorridos, mas de uma explicação social, econômica política e administrativa da nossa história.

Fizemos bem? Fizemos mal? Acho que se fizemos mal a história, fizemos bem de tentar lançar com este trabalho, embora tateante no estilo, pobre nas idéias e falho nas interpretações, o grito de esperança da juventude paulista, que deverá, para o futuro, conhecendo melhor a nossa gente, os nossos feitos e a nossa terra e baseados em tão grandes antecessores, animar-se e lutar para a grandeza de São Paulo e do Brasil.

### Breve Nota

O prêmio que recebi em 14/12/1953 por uma história de São Paulo, comemorando o 4º Centenário da Cidade, a qual escrevi em 1952, então representando o Colégio Bandeirantes, foi editada pela LTR para o aniversário de 450 anos. Reedito agora, sem alterações, para familiares e amigos, nestes 471 anos de sua existência.

Trata-se de obra juvenil elaborada aos 17 anos, que representou e representa, ainda, o amor que tenho pela cidade onde nasci, vivi e, se Deus permitir, pretendo morrer.

Ives Gandra da Silva Martins